

A background image of a modern, multi-story building with a prominent Brazilian flag flying from a tall pole on the roof. The building has a concrete and glass facade. The image is overlaid with a semi-transparent brown circle that contains the text.

PGM

Sorocaba

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 12/05/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Procuradoria Geral do Município de Sorocaba**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da PGM-Sorocaba** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/02e7651a-ce55-4ba6-a99a-9d945217a2d8>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/98375da6-4205-4716-bfaf-dcf0e44bad41>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE

SOROCABA

QUESTÃO 01. A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), assinale a alternativa correta

a) O apelo ao legislador é uma técnica de decisão que foi desenvolvida, principalmente, para os casos de omissão inconstitucional, já a declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia de nulidade tem aplicação restrita no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade.

b) Diferentemente da ação direta de inconstitucionalidade, o processo do controle da omissão por meio da ação direta de inconstitucionalidade por omissão se destina à proteção de situações individuais e de relações jurídicas subjetivas.

c) Atualmente entende-se que no âmbito da ADO o Supremo Tribunal Federal tem competência para conhecer das omissões de índole administrativa e legislativa exclusivamente relacionadas com os órgãos legislativos federais.

d) O Supremo Tribunal Federal entendia que, uma vez iniciado o processo legislativo, não haveria omissão inconstitucional do legislador, em face da inexistência de previsão na Constituição a respeito dos prazos para a apreciação dos projetos de lei. No entanto, atualmente entende-se que a inércia deliberandi das Casas Legislativas pode ser objeto da ADO.

e) Como na omissão parcial existe uma conduta positiva do legislador, o Supremo Tribunal Federal entende que não é cabível a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, mas sim a impetração de mandado de injunção pelo sujeito diretamente prejudicado, bem como que é incabível a concessão de cautelar em sede de ADO.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).

A alternativa A está incorreta. Os conceitos de "apelo ao legislador" e "declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade" são distintos e têm aplicações específicas no direito constitucional. O "apelo ao legislador" é uma técnica usada pelo Tribunal Constitucional Federal alemão, importada pelo STF, para indicar ao legislativo a necessidade de agir diante de uma lei que está se tornando inconstitucional devido a mudanças nas circunstâncias jurídicas ou fáticas, conforme descrito no Vocabulário Jurídico do STF (Tesouro). Por outro lado, a "declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade" é uma técnica de modulação dos efeitos de uma decisão que declara uma norma inconstitucional, usada principalmente em ações diretas de inconstitucionalidade e fundamentada no

Art. 27 da Lei n. 9.868/1999, permitindo que a norma continue a produzir efeitos por um tempo determinado apesar da inconstitucionalidade.

A alternativa B está incorreta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) é usada para corrigir falhas legislativas que impedem a aplicação efetiva de normas constitucionais, focando na proteção de interesses coletivos. Segundo o material de Direito Constitucional do Estratégia Carreiras Jurídicas da professora Nelma Fontana, existem duas vias de controle de constitucionalidade: a via incidental e a via principal. A via incidental trata de casos concretos onde a inconstitucionalidade de uma norma é um incidente processual, não o foco principal. Qualquer juiz ou tribunal pode analisar a constitucionalidade das leis nesse contexto. Já a via principal foca diretamente na constitucionalidade de atos normativos em abstrato, visando a supremacia da Constituição.

A alternativa C está incorreta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) abrange omissões de qualquer esfera governamental, não se limitando apenas às omissões legislativas federais. Segundo nosso material do Estratégia Carreiras Jurídicas, a ADO visa corrigir omissões inconstitucionais tanto legislativas quanto administrativas que falham em cumprir deveres constitucionais. A evolução jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece agora que até a demora excessiva (inertia deliberandi) em processos legislativos constitui omissão inconstitucional, conforme mostrado no caso do ITCMD, onde o STF estabeleceu prazo para a legislação necessária após longa inércia (STF - ADO: 67 DF 0053127-26.2021.1.00.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, julgamento: 06/06/2022).

A alternativa D está correta. A evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) revela uma nova compreensão sobre omissão inconstitucional. Tradicionalmente, não se considerava omissão enquanto houvesse tramitação legislativa, independente da duração. Atualmente, a corte reconhece que atrasos prolongados no processo legislativo (inertia deliberandi) constituem uma omissão inconstitucional. Este entendimento está exemplificado no julgamento do RE nº 851.108/SP, Tema nº 825, onde foi determinado que a ausência da lei complementar necessária ao ITCMD, após mais de trinta anos da Constituição Federal de 1988, configura tal omissão. Esse atraso justifica a intervenção por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), conforme demonstrado na decisão que fixa prazo para o Congresso Nacional remediar a lacuna legislativa, conforme preconizado no art. 155, § 1º, III, da CF.

A alternativa E está incorreta. Mesmo em casos de omissão parcial, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) é relevante, especialmente quando legislações incompletas comprometem a eficácia plena de normas constitucionais. A impetração de mandado de injunção, apesar de ser uma alternativa, não substitui a ADO. Além disso, é possível a concessão de medidas cautelares em ADO para suspender normas por omissão inconstitucional. Um exemplo ocorreu quando o STF discutiu a mora legislativa sobre a renda básica emergencial durante a pandemia da COVID-19, onde a Lei nº 13.982/2020 já havia estabelecido um auxílio, resultando na perda do objeto da ADO (STF - ADO: 56 DF 0088963-94.2020.1.00.0000, Relator: MARCO AURÉLIO, julgamento: 30/04/2020).

QUESTÃO 02. O Procurador-Geral da República propôs, durante o período de recesso do Poder Judiciário, arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) sob o fundamento de que alguns juízes e tribunais vêm adotando interpretação do art. 287 do Código Penal (art. 287 – Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa) que impediria a realização da “marcha da maconha”, requerendo que

fosse dada interpretação conforme à Constituição para excluir qualquer interpretação que criminalizasse a defesa da legalização das drogas, inclusive com pedido de medida liminar.

Com base na situação hipotética apresentada, no disposto na Lei no 9.882/1999 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a ADPF proposta não deve ser conhecida, visto que não é o meio processual adequado para se deliberar sobre a interpretação conforme, cabendo, da decisão de indeferimento da petição inicial, agravo, no prazo de cinco dias.

b) proposta a ADPF durante o recesso do Poder Judiciário, a análise do pedido de medida liminar dependerá da decisão da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.

c) antes de analisar o pedido de medida liminar, o relator da ADPF deverá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União, no prazo comum de quinze dias.

d) a ADPF proposta não deve ser conhecida, pois não se caracterizou a imprescindível subsidiariedade, cabendo, da decisão de indeferimento da petição inicial, agravo, no prazo de quinze dias.

e) é cabível a propositura de ADPF em face de controvérsia judicial ocasionada por interpretações judiciais violadoras de preceitos fundamentais, e, apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de dez dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema arguição de descumprimento de preceito fundamental.

A alternativa A está incorreta. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é um meio processual essencial para a interpretação conforme à Constituição, usado especialmente quando há necessidade de uniformizar interpretações em face de controvérsias judiciais significativas. É importante notar que a ADPF não tem função rescisória e respeita a autoridade da coisa julgada material, mesmo contra a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Este instrumento pode impugnar decisões judiciais que ainda não transitaram em julgado, desde que exista uma controvérsia judicial relevante caracterizada por julgamentos conflitantes de diferentes órgãos judiciários, como indicado na decisão do STF em ADPF: 249 DF, Relator: CELSO DE MELLO, julgamento: 13/08/2014.

A alternativa B está incorreta. Durante o recesso judiciário, a análise de medidas liminares em ADPF pode ser realizada pelo relator sem a necessidade de decisão pela maioria absoluta dos membros do STF. Lei 9.882/1999: Art. 5º O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental. § 1º Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, ad referendum do Tribunal Pleno.

A alternativa C está incorreta. Embora o relator possa, a seu critério, ouvir os órgãos responsáveis pelo ato antes de analisar o pedido de medida liminar, não é um requisito obrigatório que o faça antes da análise da liminar, nem há um prazo comum especificado de quinze dias para estas manifestações na

fase liminar. Lei 9.882/1999: Art. 5º (...) § 2º O relator poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias.

A alternativa D está incorreta. O agravo deverá ser interposto no prazo de 5 dias e não 15. Lei n. 9.882/1999: Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de argüição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta. § 1º Não será admitida argüição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. § 2º Da decisão de indeferimento da petição inicial caberá agravo, no prazo de cinco dias.

A alternativa E está correta. Reflete a jurisprudência e a lei que regem a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). De acordo com a Lei nº 9.882/1999, a ADPF é cabível para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental decorrente de ato do poder público, incluindo interpretações judiciais divergentes que possam lesar preceitos fundamentais. O pedido de informação às autoridades responsáveis pelo ato questionado, no prazo de dez dias após a apreciação da medida liminar, está em consonância com o procedimento previsto na legislação. Lei 9.882/1999: Art. 1º A argüição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Parágrafo único. Caberá também argüição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição; Art. 6º Apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de dez dias. EMENTA. (...) 1. Decisões judiciais que determinam o bloqueio, penhora ou liberação, para satisfação de créditos trabalhistas, de receitas públicas oriundas do Fundo Estadual de Saúde objeto de contratos de gestão firmados entre o Estado do Espírito Santo e entidades de terceiro setor violam o princípio da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF), o preceito da separação funcional de poderes (art. 2º c/c art. 60, § 4º, III, da CF), o princípio da eficiência da Administração Pública (art. 37, caput, da CF) e o princípio da continuidade dos serviços públicos (art. 175 da CF). (...) (STF - ADPF: 664 ES 0088856-50.2020.1.00.0000, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 19/04/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/05/2021)

QUESTÃO 03. A respeito da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

a) As normas constitucionais de alta densidade, segundo classificação doutrinária atual, são consideradas como incompletas, dependendo de complementação legislativa para a produção de efeitos.

b) É de eficácia contida o art. 12, I, da Constituição Federal que conceitua como brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

c) As normas de eficácia contida são consideradas como incompletas e detentoras de baixa densidade normativa, dependendo a produção de efeitos da interpolação do legislador infraconstitucional.

d) A norma inserta no art. 3o, I, da Constituição Federal que preceitua que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e igualitária é considerada como norma de eficácia plena.

e) As normas programáticas são subespécie das normas constitucionais de eficácia limitada, são dotadas de força jurídica e a elas se reconhece valor jurídico constitucionalmente igual ao dos demais preceitos constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.

A alternativa A está incorreta. A "alta densidade normativa" caracteriza normas detalhadas com menor necessidade de regulamentação adicional para sua aplicação, ao contrário das normas de "baixa densidade normativa", que são mais abstratas e exigem regulamentação complementar. Segundo o nosso material de Hermenêutica Jurídica, elaborado pelo professor Jean Vilbert, as diferenças entre regras (alta densidade) e princípios (baixa densidade) podem ser vistas em dois aspectos: quantitativo e qualitativo. Quantitativamente, princípios são vagos, gerais e exigem uma interpretação criativa, sendo fundamentalmente importantes no sistema jurídico. Qualitativamente, diferem no modo de aplicação; regras aplicam-se binariamente, enquanto princípios exigem ponderação de interesses.

A alternativa B está incorreta. O Art. 12, I, da Constituição Federal é classificado como norma de eficácia plena, conforme explica José Afonso da Silva e é reforçado no nosso material de Direito Constitucional, elaborado pela professora Nelma Fontana. Este tipo de norma já produz todos os seus efeitos jurídicos imediatamente após a publicação da Constituição e não permite restrições por legislação subsequente. Isso difere das normas de eficácia contida, que também têm efeito imediato, mas podem ser restringidas legalmente, e das normas de eficácia limitada, que necessitam de legislação complementar para produzir efeitos plenos.

A alternativa C está incorreta. Confunde os conceitos de "eficácia contida" e "baixa densidade normativa". As normas de eficácia contida são aquelas que têm aplicação imediata, mas podem ser restringidas por lei. Elas não são necessariamente normas de baixa densidade normativa, mas com ela não se confundem.

A alternativa D está incorreta. A norma citada (Art. 3o, I, da CF) é considerada uma norma programática e, portanto, de eficácia limitada, não de eficácia plena. Embora tenha força normativa, ela direciona a atuação estatal para alcançar objetivos futuros e não confere direitos imediatos que possam ser exigidos judicialmente sem legislação que os desenvolva.

A alternativa E está correta. Normas programáticas, classificadas como normas constitucionais de eficácia limitada, estabelecem diretrizes e objetivos que o Estado deve perseguir, frequentemente exigindo legislação complementar ou ações específicas para sua plena realização. Embora não produzam todos os seus efeitos jurídicos imediatamente, elas têm plena força legal e são vinculativas para os poderes públicos, igualando-se às demais normas constitucionais em termos de obrigatoriedade. As normas programáticas, como descrito no nosso material, funcionam como um compromisso estatal de seguir certas diretrizes programáticas e elaborar legislação futura conforme essas orientações pré-estabelecidas.

QUESTÃO 04. Considere que, por meio da Emenda Constitucional no 01/2020, foi incluída na Constituição do Estado X a determinação de que os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados por pessoas jurídicas de direito privado ou por sociedade de economia mista sob controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal.

Com base na situação hipotética apresentada e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a exigência instituída pela Emenda Constitucional no 01/2020 é

a) inconstitucional, pois compete aos municípios a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, tendo usurpado a competência dos Municípios para legislar sobre assunto de interesse local.

b) constitucional, pois de acordo com a repartição de competências expressa na Constituição Federal, é competência concorrente dos Estados e dos Municípios a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico.

c) inconstitucional, pois de acordo com a Política Nacional de Saneamento Básico, compete à União prestar diretamente ou mediante concessão dos serviços públicos de saneamento básico.

d) inconstitucional, pois compete à União o estabelecimento de todas as diretrizes para o implemento de políticas de saneamento básico, bem como a prestação do serviço público.

e) constitucional, pois sempre que os recursos naturais ou econômicos necessários para a prestação do serviço público estiverem entre os bens dos estados ou dos municípios, admite-se tal espécie de limitação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está correta. A Constituição Federal, no Art. 30, V, confere aos municípios a titularidade dos serviços de saneamento básico, permitindo-lhes organizar e prestar esses serviços de interesse local, diretamente ou por meio de concessão ou permissão. Contudo, emendas constitucionais estaduais que limitam a prestação desses serviços a entidades de direito privado ou sociedades de economia mista controladas pelo Estado ou Município podem violar essa competência municipal. O STF, na ADI 2077, destacou a usurpação de competências municipais por tais emendas, reafirmando a autonomia municipal na gestão dos serviços de saneamento básico conforme previsto pela Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. Na verdade, é competência exclusiva (administrativa), da União, instituir as diretrizes para o saneamento básico. CF/88. Art. 21. Compete à União: (...) XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

A alternativa C está incorreta. Apesar de a União estabelecer normas gerais através da Política Nacional de Saneamento Básico, não compete exclusivamente à União prestar os serviços de saneamento básico. Esta competência é, principalmente, dos municípios, conforme estabelecido constitucionalmente.

A alternativa D está incorreta. Embora a União estabeleça diretrizes gerais para o saneamento básico, não detém exclusividade sobre a prestação dos serviços, nem pode impor a forma como esses serviços devem ser prestados nos municípios.

A alternativa E está incorreta. Não reflete adequadamente a legislação constitucional. A disponibilidade de recursos naturais ou econômicos não justifica a imposição de um modelo específico de prestação de serviços públicos por parte dos estados, principalmente quando este interfere na competência municipal.

QUESTÃO 05. A respeito das Competências dos Municípios, assinale a alternativa correta.

a) A Constituição do Estado é o diploma normativo adequado para abrandar ou especificar os poderes de auto-organização dos Municípios expressos no art. 29 da Constituição Federal.

b) As competências implícitas dos Municípios decorrem da norma que atribuiu a tais entes federativos a competência de legislar sobre assuntos de interesse local.

c) Os Municípios possuem ampla margem de liberdade para legislar sobre zoneamento da cidade, inclusive se afetar o princípio da livre concorrência.

d) Como as normas relacionados aos bancos transcendem o interesse local, os Municípios não podem editar leis disciplinando o horário de funcionamento de instituições bancárias e o tempo máximo de espera em fila de banco.

e) Os Municípios podem legislar com o fim de suplementar a legislação federal e estadual, sempre que for necessário para atender ao interesse local, e a superveniência da lei federal ou estadual contrária à municipal revoga esta última.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Competências dos Municípios.

A alternativa A está incorreta. A Constituição do Estado não pode especificar ou abrandar os poderes de auto-organização dos municípios expressos no Art. 29 da Constituição Federal. Esses poderes são garantidos constitucionalmente aos municípios, e qualquer tentativa dos estados de alterar ou restringir esses poderes deve respeitar os limites estabelecidos pela Constituição Federal. A ADI 2.112 reitera que, exceto nos casos expressamente estabelecidos na competência estadual (art. 29, VI, IX, e X da CF), a Constituição do Estado não pode abrandar nem intensificar esses poderes municipais, protegendo assim a autonomia municipal contra intervenções estaduais indevidas.

A alternativa B está correta. Os municípios possuem competência explícita para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme estabelecido pelo Art. 30, I, da Constituição Federal. Além dessas competências explícitas, eles também têm competências implícitas, que permitem adotar medidas legislativas essenciais para a eficácia da administração local. Essas competências implícitas são fundamentais para atender às necessidades locais de forma eficiente. Este entendimento foi reforçado pelo STF no RE 761056, onde se reconheceu a competência implícita dos municípios para legislar sobre assuntos como agrotóxicos, destacando-se a relevância do interesse local.

A alternativa C está incorreta. Os municípios têm competência para legislar sobre zoneamento urbano, mas devem respeitar o princípio da livre concorrência, conforme a Constituição Federal. A Súmula Vinculante n. 49 destaca que leis municipais que impedem a instalação de comércios similares em áreas específicas ofendem esse princípio. O RE 193.749 reitera que restrições sem justificativa razoável e proporcional, como limitações geográficas arbitrárias para novos estabelecimentos, violam a livre concorrência e a liberdade econômica, princípios essenciais para o exercício de qualquer atividade econômica, garantidos pela CF/1988.

A alternativa D está incorreta. Normas relacionadas ao funcionamento dos bancos são consideradas de interesse nacional, ultrapassando o âmbito do interesse local. Portanto, os municípios não têm competência para legislar sobre o horário de funcionamento de instituições bancárias. Esta prerrogativa é sustentada por decisões do STF, como no RE 80081, onde se determina que a legislação federal prevalece sobre a municipal nessa matéria. Tais decisões refletem o entendimento de que questões bancárias são regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional.

A alternativa E está incorreta. Os municípios podem complementar a legislação federal e estadual em matérias de interesse local, mas uma norma federal ou estadual posterior que contrarie a lei municipal não revoga automaticamente esta última. Não há hierarquia entre os entes federativos. Cada ente tem sua esfera de competência. Na ADI 6431, o STF suspendeu a eficácia da Medida Provisória 926/2020, reconhecendo que estados e municípios possuem competência comum em matéria de saúde pública, conforme o Artigo 23, II, da Constituição Federal, permitindo que normas municipais e estaduais prevaleçam sobre a federal.

QUESTÃO 06. A respeito da Ordem Econômica e Financeira, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

a) Lei complementar disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

b) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e para o setor privado.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento humanitário.

d) O Estado organizará diretamente a atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

e) A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Ordem Econômica e Financeira.

A alternativa A está incorreta. Embora a Constituição preveja que a lei regulará os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros, o texto constitucional especifica que isso será feito por lei (leia-se lei ordinária) e não por lei complementar, como está erradamente especificado na alternativa. CF/88. Art. 172. A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

A alternativa B está incorreta. A Constituição estabelece que o planejamento estatal é uma das funções do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, mas especifica que este será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, e não determinante para ambos, como mencionado na alternativa. CF/88. Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A alternativa C está incorreta. Apesar de a Constituição promover o turismo, ela não especifica que ele seja promovido como um fator de desenvolvimento "humanitário". A promoção do turismo é vista como um fator de desenvolvimento social e econômico, não especificamente humanitário. CF/88. Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

A alternativa D está incorreta. A Constituição não especifica que o Estado deve organizar diretamente a atividade garimpeira em cooperativas. A Constituição permite que a atividade de garimpo seja exercida, observando a legislação ambiental e sob regime de autorização ou concessão (Art. 176, § 1º), mas não impõe a forma organizacional em cooperativas como obrigatória. CF/88. Art. 174. (...) § 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

A alternativa E está correta. Está de acordo com o Art. 21, XII, da Constituição Federal, que atribui à União a competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte aéreo, aquático e terrestre, respeitando os acordos internacionais firmados pelo Brasil. A menção ao princípio da reciprocidade é um princípio fundamental nas relações internacionais, que influencia a formulação de políticas e a legislação referente ao transporte internacional, garantindo tratamento igualitário entre os países. A aplicação deste princípio é evidente no RE 636331, onde o STF reconheceu a prevalência dos limites indenizatórios estabelecidos por acordos internacionais, como a Convenção de Varsóvia e a Convenção de Montreal, sobre o Código de Defesa do Consumidor em casos de danos materiais por extravio de bagagem em voos internacionais.

QUESTÃO 07. José Arcádio, deputado federal, há dois meses concedeu uma entrevista para a Rádio Mais Justiça, oportunidade na qual verbalizou a necessidade do Tribunal Regional Eleitoral do Estado X adotar providências em relação ao juiz eleitoral que proferiu a decisão que cassou Aureliano José, prefeito da Capital do Estado X, e ao desembargador que teria influenciado na decisão, para averiguar todos os fatos. O desembargador, que se sentiu ofendido com as declarações, ofereceu queixa-crime em face de José Arcádio pelos crimes de calúnia e difamação.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) As críticas a pessoas específicas, que não se caracterizam como representantes do povo, não estão inseridas no direito de exprimir opiniões, assegurado pela imunidade material.

b) A imunidade parlamentar tem por fim proteger o exercício do mandato, desde que as declarações estejam diretamente relacionadas com sua função, o que não se configura na situação narrada.

c) A imunidade material torna as declarações de José Arcádio não sujeitas à persecução penal, bem como isentas ao controle político por quebra de decoro parlamentar.

d) A inviolabilidade material, quando se relacionar com a atuação do parlamentar fora da Casa Legislativa, exige o nexo de implicação entre as declarações e os crimes contra a honra a ele imputados e o exercício do mandato, o que está presente no caso, na medida em que a fiscalização da administração pública é inerente ao mandato parlamentar.

e) A inviolabilidade material restringe-se às declarações dirigidas apenas a outros congressistas ou militantes políticos ostensivos, pois a ratio da imunidade é a proteção ao exercício do mandato e não pessoalmente do parlamentar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Aparentemente, a questão cobrou o conhecimento do seguinte julgado: EMENTA AGRAVO REGIMENTAL. QUEIXA-CRIME. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. DEPUTADO FEDERAL. CRIME CONTRA A HONRA. NEXO DE IMPLICAÇÃO ENTRE AS DECLARAÇÕES E O EXERCÍCIO DO MANDATO. IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL. ALCANCE. ART. 53, CAPUT, DA CF. 1. A inviolabilidade material, no que diz com o agir do parlamentar fora da Casa Legislativa, exige a existência de nexo de implicação entre as declarações delineadoras dos crimes contra a honra a ele imputados e o exercício do mandato. Estabelecido esse nexo, a imunidade protege o parlamentar “por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos” (art. 53, caput, da CF), e não se restringe às declarações dirigidas apenas a outros Congressistas ou atores políticos ostensivos, mas a quaisquer pessoas. 2. A verbalização da representação parlamentar não contempla ofensas pessoais, via achincalhamentos ou licenciosidade da fala. Placita, contudo, modelo de expressão não protocolar, ou mesmo desabrido, em manifestações muitas vezes ácidas, jocosas, mordazes, ou até impiedosas, em que o vernáculo contundente, ainda que acaso deplorável no patamar de respeito mútuo a que se aspira em uma sociedade civilizada, embala a exposição do ponto de vista do orador. 3. Imunidade parlamentar material reconhecida na espécie, proferida as manifestações em entrevistas do Deputado Federal a rádios no âmbito de atuação marcadamente parlamentar, em temas de oposição política e de fiscalização do patrimônio público, conducentes à atipicidade de conduta. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (Pet 5714 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 28-11-2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-287 DIVULG 12-12-2017 PUBLIC 13-12-2017)

A alternativa A está incorreta. A imunidade parlamentar material não se limita a proteger apenas críticas a outros representantes do povo. Ela abrange todas as opiniões e declarações feitas no exercício do mandato, mesmo que dirigidas a indivíduos que não sejam políticos ou funcionários públicos.

A alternativa B está incorreta. No contexto dado, as declarações do deputado estão diretamente relacionadas ao exercício de sua função parlamentar, principalmente no que diz respeito à fiscalização da administração pública, incluindo ações do judiciário.

A alternativa C está incorreta. A imunidade material protege parlamentares de processos penais relacionados a opiniões, palavras e votos expressos durante o mandato, conforme Art. 55, VI, da Constituição Federal. Entretanto, isso não os isenta de processos disciplinares por quebra de decoro parlamentar. As condutas que caracterizam quebra de decoro são descritas no Código de Ética e Decoro Parlamentar e podem levar à cassação do mandato, como estabelecido no art. 63 da Lei Orgânica do Distrito Federal. A independência desses processos disciplinares da condenação criminal é reforçada pelo STJ no RMS 46536, destacando o respeito ao princípio da Separação de Poderes (Art. 2º, CF/88).

A alternativa D está correta. Reflete o princípio constitucional da imunidade parlamentar material, que protege os deputados e senadores por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, desde que exista um nexó entre as declarações e as funções parlamentares. No caso descrito, José Arcádio, enquanto deputado, comentou sobre a atuação de membros do judiciário em um contexto que pode ser considerado como de fiscalização da função pública, uma prerrogativa parlamentar. Assim, suas declarações podem ser consideradas como parte do exercício de suas funções legislativas, o que o protege contra acusações de crimes contra a honra baseadas nessas declarações.

A alternativa E está incorreta. A imunidade material não se restringe a declarações dirigidas apenas a outros congressistas ou militantes políticos. A proteção é mais abrangente, cobrindo todas as declarações que têm relação com o exercício do mandato parlamentar, independentemente de a quem se dirigem.

QUESTÃO 08. A respeito da Ordem Social, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

a) É facultado aos Estados vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, admitindo-se a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

b) Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino médio, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais, responsáveis ou conselho tutelar, pela frequência à escola.

c) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei complementar federal, sem o que não poderão ser instaladas.

e) O prazo da concessão ou permissão será de quinze anos para as emissoras de rádio e de vinte para as de televisão, competindo ao Poder Executivo outorgar e renovar a respectiva concessão ou permissão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Ordem Social.

A alternativa A está incorreta. Conforme o Art. 167, IV, da Constituição Federal, é vedada a vinculação de receitas de impostos a despesas específicas, exceto quando constitucionalmente permitido, o que não inclui a vinculação para despesas com pessoal e encargos sociais para programas de apoio à inclusão e promoção social.

A alternativa B está incorreta. Não é uma atribuição expressa do Poder Público, conforme consta na Constituição Federal, realizar o censo de educandos no ensino médio, mas sim do ensino fundamental. A Constituição prevê a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, bem como a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. CF/88. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009) II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) (...) § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

A alternativa C está correta. Está alinhada com os princípios constitucionais e legais que regem a ciência, tecnologia e inovação no Brasil. A Constituição Federal, em seu Art. 218, prevê que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a inovação. A Lei nº 13.243/2016, que dispõe sobre políticas para a ciência, tecnologia e inovação, reforça esse mandamento constitucional e estabelece mecanismos de cooperação entre os entes públicos e privados. O "Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação" possui expressa previsão Constitucional. CF/88. Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015) § 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015) § 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015).

A alternativa D está incorreta. A Constituição estabelece, no Art. 21, XXIII, "b", que compete à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de materiais nucleares e seus derivados, mas não especifica que a localização de usinas nucleares deve ser definida em lei complementar federal.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o Art. 223 da Constituição Federal, o prazo de concessão ou permissão das emissoras de rádio e televisão será de até dez anos para rádios e até quinze anos para televisões, não vinte, e a renovação pode ser feita pelo mesmo período, sob a competência do Poder Executivo.

QUESTÃO 09. Suponha que, mediante requerimento de apenas um terço dos membros do Senado Federal, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o fim de investigar a atuação do Presidente da República e dos governadores dos estados-membros durante a pandemia da COVID-19. Com o objetivo de colher provas, a CPI convocou todos os governadores para depor na condição de testemunhas e, também, o Presidente da República, além de ter solicitado a prestação de contas dos gestores de verbas federais repassadas aos Estados durante

a pandemia pela União, para realizar o controle de legalidade, legitimidade e economicidade do uso dessas verbas federais.

Com base na situação hipotética apresentada e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) A convocação de governadores de estados-membros para depor na condição de testemunha é atribuição exclusiva das comissões parlamentares de inquérito instauradas no âmbito do Poder Legislativo Estadual.

b) Como a comissão parlamentar de inquérito foi criada pelos integrantes do Senado Federal, admite-se a intimação do Presidente da República para depor como testemunha, inclusive por meio de via postal.

c) Caso a comissão parlamentar de inquérito tenha sido criada por prazo determinado e a intimação dos governadores dos estados-membros seja realizada pessoalmente, é cabível a convocação para depor como testemunhas, podendo cada um deles marcar dia e hora para serem inquiridos.

d) Uma vez convocados pessoalmente, os governadores são obrigados a comparecer, sob pena de requisição da força policial, mas os custos dos deslocamentos devem correr por conta do Senado Federal.

e) O Presidente da República não é obrigado a testemunhar perante comissões parlamentares, o que é extensível aos governadores por aplicação do critério da simetria entre a União e os estados, assim como compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas de administradores e demais responsáveis por verbas federais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

A alternativa A está incorreta. O Art. 50 da CF/88 limita a convocação de autoridades para prestarem informações ao Congresso a ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência, não se estendendo a chefes do Executivo estadual ou municipal, devido à ausência de subordinação hierárquica na Federação. Durante a CPI da Pandemia, a tentativa de convocar governadores foi considerada inconstitucional pelo STF na ADPF 848, reforçando a autonomia federativa e a separação de poderes. A Corte decidiu que conflitos federativos devem ser resolvidos com respeito à autonomia de cada ente, validando apenas convites voluntários para depoimentos de governadores em comissões parlamentares.

A alternativa B está incorreta. O Presidente da República possui uma prerrogativa de não ser obrigado a depor perante uma CPI. A jurisprudência do STF reconhece essa prerrogativa como uma extensão das imunidades e privilégios do cargo.

A alternativa C está incorreta. Como visto, Governadores podem se recusar a depor em CPI, baseando-se nas mesmas prerrogativas de independência e separação dos Poderes que protegem o Presidente.

A alternativa D está incorreta. Mesmo se os governadores forem convocados, eles não são obrigados a comparecer e, portanto, a requisição de força policial e a obrigação de custear o deslocamento não se aplicam.

A alternativa E está correta. Baseia-se na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). O Presidente da República e os governadores dos estados, devido às suas posições como chefes do Executivo, têm uma prerrogativa de não serem obrigados a depor em CPIs. Essa prerrogativa é justificada pela separação e independência entre os Poderes. Além disso, no que tange à fiscalização de verbas federais, a Constituição atribui ao Tribunal de Contas da União (TCU) a competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos federais, o que inclui as verbas federais repassadas aos estados.

QUESTÃO 10. A respeito do Conselho da República, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

a) É órgão superior deliberativo vinculado ao Presidente da República e composto por 12 membros.

b) Quando constar da pauta da reunião qualquer questão relacionada a algum Ministério, o Presidente da República deverá convocar o Ministro do Estado respectivo para participar da reunião.

c) Entre os seus integrantes natos estão os Ministros da Justiça, da Defesa e do Planejamento.

d) Compete ao Senado Federal eleger dois cidadãos brasileiros natos para compor o Conselho da República, os quais terão mandato de três anos, vedada a recondução.

e) Uma das competências do Conselho da República é estudar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Conselho da República.

A alternativa A está incorreta. O Conselho da República não é descrito como um órgão deliberativo vinculado ao Presidente da República. Ele é um órgão consultivo composto por 14 membros e dele participam o vice-presidente da República, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução. Consoante o Art. 89 da CF/88.

A alternativa B está incorreta. Não há disposição específica que obrigue o Presidente da República a convocar o Ministro de Estado respectivo para participar das reuniões do Conselho da República apenas porque a pauta da reunião está relacionada a algum ministério. A convocação é facultativa. CF/88. Art. 90. (...) § 1º O Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.

A alternativa C está incorreta. Entre os membros natos do Conselho da República não estão especificamente os Ministros da Defesa e do Planejamento, mas sim o Ministro da Justiça.

A alternativa D está correta. Conforme o disposto na Constituição Federal, especificamente no Art. 89. O Conselho da República é um órgão superior de consulta do Presidente da República. Ademais, a constituição estipula que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados elejam membros para compor o Conselho, ressaltando que esses membros têm mandato de três anos, sem recondução.

A alternativa E está incorreta. Uma das competências do Conselho da República, conforme o Art. 90 da Constituição, é pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, bem como sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas, mas não especificamente sobre desenvolvimento de iniciativas para garantir a independência nacional.

QUESTÃO 11. A respeito do Processo Legislativo, assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

a) O controle judicial de atos interna corporis das Casas Legislativas só é cabível quando haja desrespeito às normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo.

b) É formalmente inconstitucional lei complementar cuja iniciativa foi de parlamentar que contenha regras de caráter nacional sobre a aposentadoria de policiais.

c) A tramitação de medidas provisórias pelo Sistema de Deliberação Remota, instituída em razão da pandemia do novo coronavírus, viola o devido processo legislativo.

d) Ao Poder Legislativo é vedado emendar projeto de lei de conversão de medida provisória, ainda que a emenda esteja associada ao tema e à finalidade original da medida provisória.

e) É constitucional norma de Constituição estadual que preveja quórum diverso de 3/5 dos membros do Poder Legislativo para aprovação de emendas constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Processo Legislativo.

A alternativa A está correta. O princípio da separação de poderes, fundamentado no art. 2º da CF/1988, restringe a intervenção judicial em atos interna corporis do Poder Legislativo, preservando a independência entre os poderes. A jurisprudência do STF estabelece que o Judiciário normalmente não pode intervir em questões exclusivas do funcionamento interno das casas legislativas. No entanto, se tais atos violarem normas constitucionais, especialmente aquelas que regulam o processo legislativo, o controle judicial é permitido para assegurar a conformidade com a Constituição. Exemplos dessa jurisprudência incluem o AgR MS: 36662 e o MS: 32033, que enfatizam a inadmissibilidade do controle preventivo de constitucionalidade de projetos de lei e a limitação da revisão judicial a situações de violações procedimentais e formais claras no processo legislativo, por meio da garantia constitucional do Mandado de Segurança impetrado pelo parlamentar para defender seu direito ao devido processo legislativo respeitado.

A alternativa B está incorreta. Embora a Constituição, no Art. 61, § 1º, II, c), especifique que a iniciativa de leis sobre aposentadoria de servidores públicos é privativa do Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem reconhecido exceções, especialmente para servidores que desempenham atividades de risco, como os policiais. A Lei Complementar 144/2014, que trata das regras de aposentadoria de servidores policiais, foi julgada pelo STF na ADI 5241, onde foi decidido que a iniciativa parlamentar nesse caso não viola a Constituição, devido às condições especiais de trabalho dos policiais, justificando um tratamento diferenciado para a sua aposentadoria.

A alternativa C está incorreta. A tramitação de medidas provisórias pelo Sistema de Deliberação Remota (SDR) durante a pandemia de COVID-19 foi validada pelo STF na ADPF 661, garantindo o funcionamento legislativo sem violar o devido processo legislativo. O Supremo destacou que a adaptação não constituiu um recesso parlamentar, permitindo que o Congresso continuasse exercendo suas competências. Essa medida temporária visava manter a eficiência e transparência do processo legislativo, permitindo a apresentação de pareceres diretamente no Plenário, como resposta emergencial à impossibilidade de reunião presencial das comissões mistas, durante a Pandemia de Covid-19, em conformidade com o § 4º, art. 62 da CF.

A alternativa D está incorreta. O Poder Legislativo pode emendar projetos de lei de conversão de medidas provisórias, contanto que as emendas mantenham relação com o conteúdo original da medida, respeitando a pertinência temática conforme reconhecido pelo STF. Essa flexibilidade no processo legislativo assegura o equilíbrio e a eficiência entre os poderes, especialmente em situações de emergência, como a pandemia de COVID-19, em que o funcionamento parlamentar precisou ser adaptado para deliberações remotas. Tal prática foi ratificada na ADPF 661, que autorizou temporariamente o parecer sobre medidas provisórias diretamente no Plenário, mantendo a operacionalidade do Congresso durante a crise de saúde pública.

A alternativa E está incorreta. A Constituição Federal, nos artigos 60, § 4º, e 25, § 1º, determina que o quórum para a aprovação de emendas constitucionais é de 3/5 dos membros de cada Casa do Congresso Nacional. Este padrão também deve ser seguido por Constituições estaduais, conforme o princípio da simetria, que garante uniformidade no processo de emenda em todos os níveis federativos. A ADI 6453 julgada pelo STF confirmou que a exigência de 2/3 dos membros da Assembleia Legislativa de Rondônia para aprovação de emendas era inconstitucional, reafirmando a necessidade de observância das normas federais pelos Estados em seus processos legislativos.

QUESTÃO 12. A Câmara Municipal X aprovou uma consulta popular sobre questões locais e deseja que ela seja realizada concomitantemente às eleições municipais de 2024, a qual observa os limites operacionais relativos ao número de quesitos. Álvaro, prefeito do Município X, é completamente contra as questões que serão submetidas à consulta popular.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

a) para a consulta popular ser realizada simultaneamente às eleições municipais, deve ser encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral até 180 dias antes das eleições.

b) não mais se admite a realização de consulta popular concomitantemente às eleições municipais, por falta de regulamentação adequada.

c) as manifestações contrárias de Álvaro às questões submetidas à consulta popular ocorrerão durante a campanha, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

d) para a consulta popular ser realizada simultaneamente às eleições municipais, deve ser encaminhada à Justiça Eleitoral até 30 dias antes das eleições.

e) Álvaro poderá se manifestar contrariamente às questões submetidas à consulta popular, desde que antes da campanha política.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema consulta popular.

A alternativa A está incorreta. Estabelece o § 12, do Art. 14 da CF/88 que Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

A alternativa B está incorreta. Há regulamentação na Constituição conforme dito.

A alternativa C está correta. É o que estabelece expressamente a Constituição Federal. CF/88. Art. 14. (...) § 13. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares nos termos do § 12 ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

A alternativa D está incorreta. O prazo de encaminhamento é de 90 dias, conforme visto.

A alternativa E está incorreta. As manifestações deverão ocorrer durante as campanhas eleitorais e não antes.

QUESTÃO 13. A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Para que a intervenção do legislador no âmbito de proteção dos direitos fundamentais seja compatível com a Constituição Federal, é preciso que observe, obrigatoriamente, a reserva legal qualificada.

b) O direito à vida pode ser classificado como um direito fundamental que é dotado exclusivamente de dimensão subjetiva, a qual se expressa tanto de forma negativa (defensiva) quanto positiva (prestacional).

c) O direito fundamental à liberdade de locomoção é de titularidade restrita dos brasileiros natos ou naturalizados, não se aplicando aos estrangeiros.

d) Não se admitem restrições indiretas aos direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal.

e) Os direitos fundamentais vinculam os órgãos administrativos em todas as suas formas de manifestação e atividades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema direitos fundamentais.

A alternativa A está incorreta. Embora a regulamentação de certos direitos fundamentais, como as limitações ao poder de tributar definidas no Art. 146 da CF/88, exija leis complementares por envolverem reserva legal qualificada, essa não é uma exigência universal para todos os direitos fundamentais. A maioria dos direitos pode ser regulada por leis ordinárias, que não requerem as mesmas condições rigorosas de aprovação que as leis complementares, estas últimas necessitando de maioria absoluta dos membros de ambas as casas do Congresso Nacional. Assim, a necessidade de leis complementares se limita a matérias especificamente previstas na Constituição.

A alternativa B está incorreta. O direito à vida não é apenas um direito subjetivo individual, mas também possui uma dimensão objetiva que impõe ao Estado o dever de proteger e promover a vida. Esta visão é sustentada por uma perspectiva dupla de aplicabilidade dos direitos fundamentais, conforme explicado no nosso material do Estratégia Carreiras Jurídicas, capitaneado pela professora Nelma Fontana. A dimensão subjetiva abrange os direitos individuais, tanto de defesa quanto de prestação, enquanto a dimensão objetiva vê os direitos fundamentais como valores comunitários a serem promovidos e protegidos pelo Estado, influenciando todas as esferas de poder em suas atividades.

A alternativa C está incorreta. O direito fundamental à liberdade de locomoção se aplica a todos, independentemente da nacionalidade. A Constituição Federal brasileira assegura a proteção dos direitos humanos sem discriminação de nacionalidade, garantindo direitos fundamentais também aos estrangeiros residentes no país. Veja-se o caput do Art. 5º da CF/88.

A alternativa D está incorreta. Restrições indiretas aos direitos fundamentais são admissíveis se não violarem o núcleo essencial do direito e forem proporcionais ao objetivo legítimo pretendido, conforme ensina a professora Nelma Fontana. Essas restrições devem ser razoáveis e proporcionais, garantindo harmonia entre os direitos, pois nenhum direito fundamental é absoluto. No Brasil, a reserva legal e a necessidade de lei para restringir direitos são princípios formais previstos no artigo 5º, II, da Constituição Federal (CF). Adicionalmente, as restrições devem respeitar princípios materiais como a irretroatividade e a proporcionalidade, conforme a teoria do "limite dos limites" de Karl August Batteredman.

A alternativa E está correta. Reflete um princípio central do direito constitucional, o princípio da eficácia vertical dos direitos fundamentais. Isso significa que os direitos fundamentais, além de vincularem diretamente os poderes públicos, também se aplicam às atividades da administração pública em todas as suas manifestações. Os órgãos administrativos, ao exercerem suas funções, devem respeitar os direitos e liberdades fundamentais garantidos pela Constituição, incluindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, entre outros. Esta vinculação assegura que as ações do Estado sejam consistentes com os valores constitucionais e protejam os direitos individuais contra abusos de poder.

QUESTÃO 14. A proteção e o tratamento de dados pessoais é um dos temas mais relevantes atualmente, e até pouco tempo não era expressamente previsto na Constituição Federal. Com a aprovação da PEC 17/2019 e posterior promulgação da Emenda Constitucional no 115/2022, passou a ser um direito fundamental autônomo.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) Em face da importância reconhecida constitucionalmente à proteção e ao tratamento de dados pessoais, é competência concorrente dos Estados e da União legislar sobre o tema**
- b) O direito à proteção e ao tratamento de dados pessoais costumeiramente colide com a liberdade de expressão, e o Supremo Tribunal Federal tem sempre se manifestado no sentido de que deve preponderar o sigilo, existindo direito ao esquecimento.**
- c) Compete à União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, assim como legislar privativamente sobre o assunto.**
- d) Configurando-se colisão entre o direito de proteção aos dados pessoais e a segurança pública, deve-se utilizar a teoria dos limites imanentes, e garantida a proteção da personalidade humana por meio da preponderância do direito fundamental à proteção de dados pessoais**
- e) Em face da relevância da proteção de dados pessoais, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema proteção e o tratamento de dados pessoais.

A alternativa A está incorreta. Embora a proteção de dados seja um tema de relevância nacional, a competência para legislar sobre proteção de dados pessoais é privativa da União, e não concorrente entre Estados e União. CF/88. Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XXX - proteção e tratamento de dados pessoais.

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece que as colisões entre o direito à proteção de dados pessoais e a liberdade de expressão devem ser avaliadas individualmente, sem uma regra absoluta que privilegie um direito em detrimento do outro. Em fevereiro de 2021, o STF rejeitou a teoria do direito ao esquecimento, como evidenciado no RE 1010606, estabelecendo que não se pode obstar a divulgação de dados verídicos e lícitamente obtidos com base apenas na passagem do tempo. Esta decisão sublinha que eventuais excessos devem ser confrontados com base nos parâmetros constitucionais e legais específicos, respeitando a proteção da honra, da imagem e da privacidade.

A alternativa C está correta. Com a Emenda Constitucional no 115/2022, o direito à proteção de dados pessoais foi elevado ao status de direito fundamental e foi incluído na competência legislativa exclusiva da União. Esta mudança centraliza a legislação e a fiscalização sobre proteção de dados pessoais no âmbito federal, promovendo uma abordagem uniforme e coesa para o tratamento de dados em todo o território nacional, conforme os padrões estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ou seja, é competência exclusiva e privativa da União. CF/88. Art. 21. Art. 21. Compete à União: (...) XXVI - organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022) Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XXX - proteção e tratamento de dados pessoais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

A alternativa D está incorreta. Não há uma regra geral que sempre preponderará o direito à proteção de dados pessoais sobre a segurança pública. As colisões entre direitos fundamentais devem ser resolvidas

caso a caso, aplicando-se o princípio da proporcionalidade para avaliar qual direito deve preponderar com base nas circunstâncias específicas.

A alternativa E está incorreta. A competência para organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais é exclusiva da União, não sendo compartilhada com Estados, Distrito Federal ou Municípios.

QUESTÃO 15. Recentemente, Luciana se mudou para o Município de Sorocaba e, em face da fixação do seu novo domicílio, dirigiu-se até a sede da Prefeitura para requerer mudanças no cadastro do seu imóvel. Petras, servidor responsável por receber e processar solicitações de alterações cadastrais, exigiu de Luciana cópia autenticada do seu documento de identificação pessoal, apresentação de seu título de eleitor e certidão de ausência de prévio requerimento administrativo, emitida pela Secretaria Municipal do Cidadão.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei no 13.726/2018, é correto afirmar que:

a) todas as exigências feitas por Petras estão em conformidade com a lei, devendo Luciana atender ao requerido.

b) Petras apenas poderia ter exigido cópia autenticada do documento de identificação pessoal de Luciana, se motivasse tal pedido em indícios de falsificação.

c) o documento de identificação pessoal tem prazo de validade indeterminado, contudo, sempre que passados cinco anos da data da expedição, deve ser exigida cópia autenticada.

d) Petras apenas poderia ter exigido de Luciana a certidão emitida pela Secretaria Municipal do Cidadão.

e) se dispensa a exigência de autenticação de cópia de documento e a apresentação de título de eleitor, e a certidão solicitada por Petras não pode ser exigida de Luciana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a racionalização dos atos e procedimentos administrativos no âmbito do poder público bem como, de sua Desburocratização e Simplificação.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 3º da Lei 13.726/2018, não se nenhuma das exigências feitas por Petras está em conformidade com a Lei.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 3º, II da Lei 13.726/2018, não se exige autenticação de documentos.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 3º, II da Lei 13.726/2018, não se exige autenticação de documentos bem como na forma do §2º do mesmo artigo Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento

comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 3º, §3º da Lei 13.726/2018, o servidor não poderia exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses: I - certidão de antecedentes criminais; II - informações sobre pessoa jurídica; III - outras expressamente previstas em lei.

A alternativa E está correta. A lei nº 13.726/2018 trata dos documentos a serem dispensados no relacionamento com o poder público; em relação à Luciana observa-se que não há a exigência de nenhum dos documentos demandados pelo servidor Petras. Veja a literalidade da lei: “Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de: I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento; II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade; III - juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo; IV - apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público; V - apresentação de título de eleitor, exceto para votar ou para registrar candidatura; VI - apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor se os pais estiverem presentes no embarque. § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido. § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis. § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses: I - certidão de antecedentes criminais; II - informações sobre pessoa jurídica; III - outras expressamente previstas em lei.

QUESTÃO 16. A discricionariedade administrativa:

a) é um poder inerente às funções administrativa e legislativa e corresponde ao dever de a administração sempre exercer o poder de escolha entre várias alternativas.

b) é uma liberdade conferida ao administrador, que se confunde com um direito subjetivo de natureza privada, e, nessa condição, está imune a controle judicial.

c) é um dever-poder, utilizado como uma das soluções normativas para a inadequação do processo legislativo.

d) uma vez caracterizada, dispensa o administrador de externalizar os motivos da decisão adotada.

e) pode ser conceituada como uma faculdade do administrador, a ser exercida de acordo com a conveniência pessoal do titular da competência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre poderes administrativos dentre os quais destaca-se a discricionariedade administrativa, como uma das mais citadas pela doutrina.

A alternativa A está incorreta. A administração nem sempre pode exercer o poder de escolhas entre várias alternativas, encontrando seus limites na própria lei na forma do art. 37, caput, da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. A discricionariedade não se confunde com um direito subjetivo de natureza privada, decorrendo de uma prerrogativa da Administração Pública e da natureza do cargo público ocupado e não do seu gestor. Além disso, poderá o Poder Judiciário exercer o controle de legalidade dos atos praticados em linha com o princípio da inafastabilidade de jurisdição previsto no art. 5º, XXXV da Constituição Federal.

A alternativa C está correta. A discricionariedade administrativa consiste em um juízo de conveniência e oportunidade a ser exercido pelo administrador, conferindo-lhe maior liberdade escolha, relevando-se dessa forma um poder-dever em razão do cargo público ocupado. Assim, enquanto no ato discricionário há liberdade de ação dentro dos limites da lei, no arbitrário a ação é contrária ou excedente da lei (MEIRELLES, 2018, p. 144).

A alternativa D está incorreta. Enquanto prerrogativa posta à disposição dos administradores públicos para o exercício da função administrativa, a discricionariedade administrativa exterioriza-se como um ato administrativo. Assim, cabe lembrar que o motivo consiste em um dos elementos do ato administrativo, extraído-se implicitamente do art. 37 da Constituição Federal. Além disso, a motivação encontra-se expressamente prevista no Parágrafo Único do art. 20 da LINDB.

A alternativa E está incorreta. A discricionariedade administrativa não deriva de uma faculdade pessoal do administrador, mas sim, do interesse público que se busca atingir a partir de sua escolha.

QUESTÃO 17. Lúcio foi recentemente aprovado em um concurso público para ocupar o cargo de procurador da Empresa Pública Água Limpa e designado para atuar especificamente

no setor de licitações e contratos. No entanto, diante da sua inexperiência, ele tem muitas dúvidas sobre os procedimentos auxiliares das licitações previstos na Lei no 13.303/16.

Considerando que você é um procurador experiente, com base na legislação correlata, poderá afirmar corretamente a Lúcio que:

a) a lei prevê cinco procedimentos auxiliares das licitações: pré-qualificação, cadastramento, registro de preços, procedimento de manifestação de interesse e leilão eletrônico.

b) o procedimento de pré-qualificação é público e aberto à inscrição de qualquer interessado nos primeiros cento e oitenta dias do ano, tendo validade de 02 anos, no máximo.

c) em função dos princípios da economicidade e da eficiência, a existência de preços registrados obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir.

d) na modalidade de pré-qualificação aberta de produtos, poderá ser exigida a comprovação de qualidade e é obrigatória a divulgação dos produtos e dos interessados que forem pré-qualificados.

e) a pré-qualificação deverá ser total, contendo todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada a igualdade de condições entre os concorrentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os procedimentos auxiliares das Licitações disciplinado pelo artigo 63 e seguintes da lei 13.303/16.

A alternativa A está incorreta. Existem quatro e não cinco procedimentos auxiliares de licitação. Na literalidade da lei: Art. 63. São procedimentos auxiliares das licitações regidas por esta Lei: I - pré-qualificação permanente; II - cadastramento; III - sistema de registro de preços; IV - catálogo eletrônico de padronização.

A alternativa B está incorreta. A pré-qualificação terá validade de 1 ano e poderá ser atualizado a qualquer tempo conforme previsto no 64§5º da Lei 13.303/16.

A alternativa C está incorreta. Não é obrigatória a assinatura da Administração Pública em razão da existência de preços registrados. Na literalidade da lei: “Art. 66§ 3º A existência de preços registrados não obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado preferência em igualdade de condições.”

A alternativa D está correta. Conforme disposição expressa do Art. 63 §6º da Lei 13.3003/16: “Na pré-qualificação aberta de produtos, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.”

A alternativa E está incorreta. A pré-qualificação poderá ser total ou parcial conforme previsão expressa do art. 64§4º da Lei 13.303/16.

QUESTÃO 18. Considere que o Município X e a Entidade Mais Saúde, qualificada como organização social, firmaram um contrato de gestão com o objetivo de executar atividades relativas à área de saúde. Na referida avença, previu-se que, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, (i) o contrato será submetido ao Chefe do Poder Executivo, (ii) a execução será fiscalizada pelo órgão supervisor do setor de saúde, e (iii) serão cedidos dez servidores para a organização social, com ônus para a origem. Alguns meses após o início do prazo contratual, o Município X foi surpreendido com diversas decisões judiciais que determinaram a constrição de receitas públicas da saúde, vinculadas ao pagamento do contrato de gestão, direcionando-as, para o pagamento de despesas estranhas ao objeto da avença.

Com base na situação hipotética, na legislação correlata e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) As cláusulas previstas no contrato de gestão estão em consonância com a legalidade, exceto a previsão de que a cessão dos servidores será feita com ônus para a origem.

b) A cláusula de fiscalização do contrato de gestão está de acordo com a legalidade, e os resultados atingidos com a execução da avença devem ser analisados a cada seis meses, por comissão de avaliação, indicada pelo Chefe do Poder Executivo.

c) Todas as cláusulas estão em conformidade com a legalidade, e serão incorporadas aos vencimentos de origem dos dez servidores cedidos as vantagens pecuniárias pagas pela organização social.

d) A cláusula que prevê que o contrato será submetido ao Chefe do Poder Executivo está em desacordo com a lei, pois o contrato deveria ser submetido ao Tribunal de Contas competente, e os bloqueios poderão ser mantidos, se tiverem origem em processos trabalhistas que discutam verbas de natureza alimentar.

e) As decisões judiciais estão em desacordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que veda o bloqueio, a penhora ou a liberação de receitas públicas, vinculadas a contratos de gestão firmados entre o poder público e as entidades do terceiro setor para a prestação de serviços públicos de saúde.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**. Trata-se de questão que visa cobrar do candidato conhecimento da lei nº 9637/98 conjugado a jurisprudência do STF acerca do tema.

A alternativa A está incorreta. Segundo disposição expressa da Lei 9637/98 o ônus da cessão é da origem. Na literalidade da lei: “Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.”

A alternativa B está incorreta. A lei 9637/98 não há a determinação do prazo de 6 meses e a comissão de avaliação deve ser indicada pela autoridade supervisora da área correspondente. Na literalidade da lei: “Art. 8§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.”

A alternativa C está incorreta. O contrato de gestão não deverá ser submetido ao chefe do poder executivo, mas sim, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada, conforme previsão expressa do art. 6º, Parágrafo Único da lei 9637/98.

A alternativa D está incorreta. A alternativa está em desacordo com o art. 6º, Parágrafo Único da lei 9637/98, uma vez que o contrato deve ser submetido ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada bem como, contraria o entendimento do STF na ADPF 1012, tendo em vista que a corte não fez a referida ressalva.

A alternativa E está correta. Com base na ADPF 1012, o STF reconheceu a inconstitucionalidade de decisões judiciais que determinam a constrição de receitas públicas da saúde vinculadas ao pagamento de contratos de gestão firmados entre o Estado e uma organização social.

QUESTÃO 19. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei no 13.019/2014.

a) Entre as entidades que são impedidas de apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil, estão os conselhos de políticas públicas.

b) A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social implicará na execução do chamamento público.

c) É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

d) A homologação gera direito subjetivo à celebração da parceria para a organização da sociedade civil.

e) A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão sobre o procedimento de manifestação de interesse social previsto na Lei nº 13.019/2014. O art. 21§3º informa que: “É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.”

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirmado pela assertiva, conforme disposição expressa do Parágrafo Único da Lei nº 13.019/2014: “Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.”

A alternativa B está incorreta. O chamamento público ocorrerá no interesse da Administração nos termos previstos pelo art. 21 da lei 13.019/2014: “A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.”

A alternativa C está correta. Conforme previsto de forma expressa no art. 21§3º da Lei nº 13.019/2014: “É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.”

A alternativa D está incorreta. Não há direitos derivado da homologação do chamamento público. Com efeito, o art. 27§6º da lei 13.019/2014 afirma que: “A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.”

A alternativa E está incorreta. No âmbito das vedações previstas no art. 39 da lei 13.019/2014, há o impedimento em se celebrar parceria com organização da sociedade civil que “IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos”. Nesse sentido, o referido impedimento persiste enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário. Todavia, não se aplica a referida vedação conforme a exceção prevista no §4º do mesmo artigo de lei: “Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

QUESTÃO 20. Considere que Juliana, enfermeira, foi contratada por tempo determinado – seis meses, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do Município ABC, e o contrato não previu o direito a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas de um terço. Após o prazo de seis meses, o contrato foi prorrogado uma vez. Ao final, Juliana acreditava que receberia todos os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e/ou no Estatuto dos Servidores Públicos, mas foi surpreendida ao saber que não receberia nem mesmo os direitos insertos no art. 7º da Constituição Federal.

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) Na situação hipotética, o contrato firmado entre Juliana e o Município ABC tem natureza excepcional, devendo ser submetido à Consolidação das Leis do Trabalho.

b) O contrato firmado entre Juliana e o Município ABC é de natureza jurídico-administrativa e, como não foi comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração, Juliana não faz jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

c) Independentemente de previsão, Juliana tem garantido todos os direitos previstos no artigo 7º da Constituição Federal.

d) Independentemente de previsão, a Juliana devem ser garantidos todos os direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos.

e) Ainda que o contrato firmado entre o Município ABC e Juliana tenha natureza jurídico-administrativa, aplicam-se nele os preceitos da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a contratação de servidores públicos por tempo determinado para satisfazer excepcional interesse público, à luz do art. 37, IX da Constituição Federal bem como da jurisprudência sobre o assunto.

A alternativa A está incorreta. A situação na qual se encontra Juliana não foi excepcionada pelo STF no julgamento do Tema 551, havendo submissão ao regime jurídico-administrativo.

A alternativa B está correta. O STF fixou entendimento acerca da matéria no Tema 551 fixando a seguinte tese de repercussão geral: "Servidores temporários não fazem jus a décimo terceiro salário e

férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, salvo (I) expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou (II) comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações”.

A alternativa C está incorreta. A Juliana não possui todos os direitos previstos no art. 7º da Constituição Federal, uma vez que, a sua situação jurídica encontra-se submetida ao regime jurídico-administrativo.

A alternativa D está incorreta. A garantia de eventual direito deve ser previamente determinada em lei, em conformidade com o princípio da legalidade previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. Não se aplicam os dispositivos da CLT em razão da natureza jurídico-administrativa entabulada entre as partes.

QUESTÃO 21. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei no 14.133/2021.

a) É vedada a contratação da execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços.

b) O Comitê Gestor do Portal Nacional de Contratações Públicas será composto por cinco pessoas, sendo 2 representantes da União, 2 representantes dos Estados e 1 representante dos Municípios, indicado pela Confederação Nacional de Municípios.

c) Para a venda de bens imóveis, será concedido direito de preferência ao licitante que, submetendo-se a todas as regras do edital, comprove a ocupação do imóvel objeto da licitação.

d) Nos casos de anulação e revogação da licitação, poderá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, a depender da discricionariedade do presidente da comissão de licitação.

e) Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a Administração poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo equivalente a até 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre normas gerais do procedimento de Licitação. O art. 77 da referida lei dispõe em sua literalidade que: “Para a venda de bens imóveis, será concedido direito de preferência ao licitante que, submetendo-se a todas as regras do edital, comprove a ocupação do imóvel objeto da licitação.”

A alternativa A está incorreta. A lei 14133/2021 não veda e sim condiciona a contratação da execução de obras e serviços de engenharia as seguintes condições, na forma do art. 82§5º: “I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado; II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento; III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle; IV - atualização periódica dos preços registrados; V - definição do período de validade do registro de preços; VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.”

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do afirmado na assertiva serão 3 representantes da União, e 2 representantes dos municípios conforme disposto no art. 174§1º da Lei 14133/2021.

A alternativa C está correta. O art. 77 da lei 14.133/2021 dispõe em sua literalidade que: “Para a venda de bens imóveis, será concedido direito de preferência ao licitante que, submetendo-se a todas as regras do edital, comprove a ocupação do imóvel objeto da licitação.”

A alternativa D está incorreta. Não há subordinação da prévia manifestação dos interessados nos casos de anulação e revogação à discricionariedade administrativa conforme se verifica na literalidade d art. 71§3º da lei: “Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.”

A alternativa E está incorreta. O percentual de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo é de 10% na hipótese de compra para entrega futura conforme disposto no art. 69§4º da Lei 14133/2021.

QUESTÃO 22. Luciano, devidamente aprovado em concurso público de provas e títulos, é advogado da Sociedade de Economia Mista Mais Esgoto, pessoa jurídica integrante da administração pública do Município X, que atua no ramo do saneamento básico, prestando serviço público. Depois de cinco anos no exercício da função de empregado público, Luciano foi demitido sem justa causa, por meio de ato formal devidamente motivado, mas sem prévia instauração de processo administrativo disciplinar. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) o ato que demitiu Luciano é nulo, e ele deverá ser reintegrado, pois a demissão de empregado público depende de prévia instauração de processo administrativo disciplinar.

b) atualmente, a demissão sem justa causa de empregado público de sociedade de economia mista, ainda que atue em regime concorrencial, é ato discricionário que independe de motivação.

c) a demissão de Luciano apenas poderá ser considerada válida se o fundamento utilizado para motivar o ato se enquadrar em uma das hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.

d) Luciano deverá ser reintegrado pela Justiça do Trabalho, pois a demissão de empregado público, após o período de experiência, depende de processo administrativo e respeito ao contraditório e a ampla defesa.

e) se a motivação constante do ato formal que demitiu Luciano tiver fundamento razoável, não há qualquer vício que macule a demissão do empregado público, na medida em que não se exige processo administrativo prévio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a demissão imotivada de empregado de empresa de economia mista admitido por concurso público. O STF em repercussão geral sob o tema nº 1022 fixou o seguinte entendimento: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados

concurados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.”

A alternativa A está incorreta. Não se exige a instauração de procedimento administrativo disciplinar, conforme expresso na decisão do STF.

A alternativa B está incorreta. A demissão de Luciano deverá ser motivada e amparada em fundamentos razoáveis, não havendo que se falar em inexistência do referido dever.

A alternativa C está incorreta. Conforme se extrai do inteiro teor do acórdão do RE 688.267 “O ônus imposto às estatais tem contornos bastante limitados. Não se exige que a razão apresentada se enquadre em alguma das hipóteses previstas na legislação trabalhista como justa causa para a dispensa de empregados. O que se demanda é apenas a indicação por escrito dos motivos da dispensa, sem prévio processo administrativo ou contraditório.”

A alternativa D está incorreta. Não se exige procedimento administrativo ou contraditório bastando motivação balizada em fundamento razoável.

A alternativa E está correta. O STF em repercussão geral sob o tema nº 1022 fixou o seguinte entendimento: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.”

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei no 9.784/99.

a) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

b) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pela autoridade delegante.

c) A autoridade que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente em até quarenta e oito horas, abstendo-se de atuar.

d) A intimação observará a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.

e) Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de dez dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das normas regentes do processo administrativo da Administração Pública Federal.

A alternativa A está correta. O art. 17 da Lei 9784/99 dispõe em sua literalidade que: “Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.”

A alternativa B está incorreta. Consiste como uma regra de competência do processo administrativo na forma do art. 14§3º da lei 9784/99 que “As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”

A alternativa C está incorreta. Não há previsão do prazo de 48 horas como limite para comunicação. Na literalidade do art. 19 da Lei 9784/99: “A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.”

A alternativa D está incorreta. O prazo a ser observado para antecedência mínima para intimação é de 3 dias úteis para comparecimento na forma do art. 26§2º da Lei 9784/99.

A alternativa E está incorreta. O prazo para intimação acerca de provas ou diligências ordenadas é de 3 dias úteis na forma do art. 41 da Lei 9784/99.

QUESTÃO 24. Por meio de contrato de concessão de serviço público, foi delegada a prestação do serviço de transporte urbano do Município ABC para o Consórcio de Empresas Via Rápida por 15 anos, sendo expressamente previsto no pacto contratual que a estrutura tarifária será tipo *price cap*. Após cinco anos do início da execução contratual, o referido consórcio, com anuência do poder concedente, transferiu a concessão para a Empresa Mais Agilidade, o que foi realizado sem prévio procedimento licitatório.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) o contrato de concessão entre o Município ABC e o Consórcio de Empresas Via Rápida não observou o prazo mínimo de duração previsto em lei, que é de 35 anos.

b) a transferência da concessão para a Empresa Mais agilidade feriu os princípios da isonomia e da impessoalidade.

c) os contratos administrativos ostentam caráter personalíssimo e *intuitu personae*, de forma que a transferência da concessão é prática expressamente vedada pela lei.

d) é vedado utilizar a estrutura tarifária tipo *price cap* em contratos de concessão de transporte público, bem como é vedada a transferência de concessão sem prévia realização de licitação nas modalidades concorrência ou diálogo competitivo.

e) se admite a transferência da concessão, mediante anuência do poder concedente, assim como a estrutura tarifária tipo *price cap*, em que o contrato determina um valor de tarifa teto e estabelece um redutor a ser aplicado para reduzir o reajuste da tarifa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da transferência de concessão sem licitação baseado na jurisprudência do STF.

A alternativa A está incorreta. A lei 8987/95 não estipula um prazo mínimo para a concessão de serviço público havendo a penas a determinação de que o prazo seja determinado. Na literalidade da lei: “II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.”

A alternativa B está incorreta. Conforme precedente fixado no bojo da ADI 2946/DF: “Não há espaço para aplicação dos princípios da isonomia e da impessoalidade, os quais são típicos da relação verticalizada que possui uma entidade estatal em um dos polos.”

A alternativa C está incorreta. O que deve vincular a Administração Pública brasileira é a proposta mais vantajosa e não eventual caráter personalíssimo de natureza *intuito personae*, uma vez que esta “reflete uma transposição mecânica do direito administrativo francês anterior ou, quando menos, traduz um regime jurídico não mais existente” (JUSTEN FILHO, Marçal. Considerações acerca da modificação subjetiva dos contratos administrativos. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP. Belo Horizonte: Editora Fórum, ano 4, n. 41, maio/2005).”

A alternativa D está incorreta. Não há vedação legislativa ao uso da modalidade de transferências *price-cap*. Ademais, o STF na ADI 2946/DF autorizou a transferência sem licitação mediante anuência do poder público.

A alternativa E está correta. O art. 27 da lei 8987/95 determina que “A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.” Com base no disposto o STF decidiu que em havendo anuência do poder público é constitucional a transferência da concessão e do controle acionário sem licitação”. ADI 2946/DF.

QUESTÃO 25. Considere que, no âmbito do Município X, a Empresa Cidade Limpa presta o serviço público de coleta de resíduos sólidos. Alguns meses após o início da prestação do serviço, Israel, empregado da Empresa Cidade Limpa, ao realizar a coleta na residência de Marcela, quebrou o suporte onde se encontrava o lixo e deixou a calçada completamente suja, tendo desrespeitado verbalmente Marcela. Indignada com a situação, Marcela foi até a Ouvidoria do Município formalizar uma reclamação, sob o fundamento de que os seus direitos previstos na Lei no 13.460/2017 não foram observados.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei no 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, assinale a alternativa correta.

a) Como o serviço público de coleta de lixo é prestado por particular, aplica-se subsidiariamente o disposto na Lei no 13.460/2017.

b) Se Marcela fizer a opção pela aplicação da Lei no 13.460/2017, não se aplicarão as normas regulamentares específicas.

c) Marcela escolheu o órgão errado para fazer a reclamação, pois o único papel da Ouvidoria, atualmente, é propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços.

d) A Ouvidoria não deverá receber a reclamação de Marcela, por ser incompetente para respondê-la, mas deverá, semestralmente, elaborar relatório de gestão, com os dados das reclamações não recebidas.

e) Marcela deverá juntar provas de suas alegações, na medida em que a lei não estabeleceu expressamente a presunção de boa-fé do usuário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da legislação atinente à participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

A alternativa A está correta. A empresa Cidade Limpa, não compõe a administração pública com base nos dados extraídos do enunciado, assim consiste em empresa particular. O art. 1º§3º da Lei 13.460/2017 dispõe expressamente que: “Aplica-se subsidiariamente o disposto nesta Lei aos serviços públicos prestados por particular.”

A alternativa B está incorreta. A opção de Marcela pela lei 13.460/2017 não afasta a aplicação de normas regulamentares específicas conforme se verifica na literalidade do art. 1º§2º da lei de regência: “A aplicação desta Lei não afasta a necessidade de cumprimento do disposto: I - em normas regulamentadoras específicas, quando se tratar de serviço ou atividade sujeitos a regulação ou supervisão.”

A alternativa C está incorreta. Marcela poderá apresentar a sua reclamação junto à ouvidoria nos termos do art. 10 da Lei 13.460/2017. Ademais, conforme se extrai do art. 13 da mesma lei: “As ouvidorias terão como atribuições precípuas, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico: I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário; II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade; III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços; IV - auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei; V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei; VI - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula; e VII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

A alternativa D está incorreta. Na forma do art. 10 da Lei 13.460/2017 a ouvidoria deverá receber a reclamação de Marcela. Além disso, conforme disposto no art. 14, II da mesma lei o relatório de gestão deverá ser elaborado anualmente.

A alternativa E está incorreta. A lei assegura a Marcela a presunção de boa-fé na forma prevista no art. 5º, II da Lei 13.460/2017. Adicionalmente, são vedadas “quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria” conforme previsão contida no art. 10§2º da lei em destaque.

QUESTÃO 26. A respeito dos Contratos Administrativos, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei no 14.133/2021.

a) Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá permanecer em sigilo, em face do que determinado na Lei Geral de Proteção de Dados.

b) O modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento, é uma cláusula necessária em todo contrato.

c) Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de dois anos, o critério de reajustamento de preços será por reajustamento ou repactuação.

d) Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de até 35 anos, nos contratos sem investimento.

e) A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 10 anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta. O teor dos contratos relativos a direitos reais sobre imóveis deverá permanecer à disposição do público em sítio eletrônico oficial, conforme determinado no art. 91§2º da lei 14133/21.

A alternativa B está correta. O modelo de gestão de contrato descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade. Assim, o art. 92, XVIII prevê a obrigatoriedade dessa cláusula em todo o contrato, observados os requisitos definidos em regulamento.

A alternativa C está incorreta. O interregno mínimo será de 1 ano, a ser observado nos contratos de serviço contínuo para fins de reajustamento, conforme disposto no art. 92§4º da lei 14.133/21.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 110, II da Lei 14.133/21 o prazo de 35 anos exige investimento: Art. 110. Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de: I - até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento; II - até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

A alternativa E está incorreta. O prazo máximo na hipótese de serviços e fornecimentos contínuos é de 5 anos na forma do art. 106 da Lei 14.133/21.

QUESTÃO 27. A respeito da desapropriação, assinale a alternativa correta.

a) O decreto expropriatório, por ser uma manifestação tipicamente administrativa, é insuscetível de controle pelo Poder Judiciário.

b) Por expressa disposição legal, não são aplicados os efeitos processuais da revelia no âmbito da ação de desapropriação.

c) O autor pode desistir da desapropriação, unilateralmente, desde que até a prolação da sentença pelo juízo de primeiro grau.

d) Há violação aos limites das matérias que podem ser discutidas em ação de desapropriação direta quando se admite o debate e a indenização de área diferente da verdadeiramente expropriada, ainda que vizinha.

e) O índice de juros compensatórios na desapropriação direta ou indireta é de 06% até 11/06/1997, data anterior à vigência da MP 1577/97.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a jurisprudência relacionada a desapropriação no âmbito do STJ.

A alternativa A está incorreta. Ao Poder Judiciário é vedado decidir acerca da utilidade pública no processo de desapropriação, nos termos do art. 9 da Lei 3365/41. Todavia, poderá o Poder Judiciário exercer controle de legalidade sobre a desapropriação de modo a se nortear pelo princípio da inafastabilidade de jurisdição, na forma do art. 5º, XXXV da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. Não há disposição legal nesse sentido, mas sim jurisprudencial. Nesse sentido: “Na ação expropriatória, a revelia do expropriado não implica em aceitação do valor da oferta e, por isso, não autoriza a dispensa da avaliação”(REsp n. 686.901/BA).

A alternativa C está incorreta. É possível a desistência da desapropriação, não havendo contudo, a limitação alegada até a prolação da sentença de primeiro grau. Nos termos da jurisprudência assentada pelo STJ, a desistência poderá ser realizada inclusive após o trânsito em julgado. Na literalidade do julgado: “É POSSÍVEL A DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO A QUALQUER TEMPO, DESDE QUE NÃO SEJA IMPOSSÍVEL O IMÓVEL SER UTILIZADO COMO ANTES 5. A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que é possível a desistência da desapropriação, a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado, desde que ainda não tenha havido o pagamento integral do preço e o imóvel possa ser devolvido sem alteração substancial que impeça que seja utilizado como antes. Entendimento fixado a partir do REsp 38.966/SP, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, Segunda Turma, julgado em 21/2/1994.”

A alternativa D está correta. Decidiu a 1º Turma da Corte que “Há violação aos limites das matérias que podem ser discutidas em ação de desapropriação direta quando se admite o debate - e até mesmo indenização - de área diferente da verdadeiramente expropriada, ainda que vizinha”. Info 738.

A alternativa E está incorreta. Entre os anos de 1941 até 1963 não havia previsão do DL 3365/41 acerca do tema. Em sequência, entre os anos 1963 até 1984 os juros foram fixados no montante de 6% ao ano (0,5% ao mês) com fundamento na Súmula 164-STF e CC-1916. Ato contínuo, 1984 até 10/06/97 fora fixado no valor de 12% (1% ao mês) possuindo como base jurisprudencial na Súmula 618-STF: “Na desapropriação, direta ou indireta, a taxa dos juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano.”

QUESTÃO 28. A respeito das parcerias público-privadas (PPP), assinale a alternativa correta.

a) Em face da supremacia e indisponibilidade do interesse público, a legislação expressamente veda o uso da arbitragem para resolução de conflitos em contratos de PPP.

b) O contrato de PPP não pode ser adotado pelas entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes federais.

c) Os contratos de PPP deverão prever a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.

d) As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de PPP poderão ser garantidas mediante garantia prestada por organismos internacionais.

e) O edital deverá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o regramento geral das parcerias público-privadas previsto na lei 11079/2004.

A alternativa A está incorreta. O uso da arbitragem é admitido, conforme disposição expressa contida no art. 11, III: “o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.”

A alternativa B está incorreta. A lei 11079/2004 não exclui os entes controlados direta ou indiretamente da sua aplicação. Nesse sentido, é a literalidade do Parágrafo Único do art. 1º da lei que dispõe: “Esta Lei aplica-se aos órgãos da administração pública direta dos Poderes Executivo e Legislativo, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.”

A alternativa C está incorreta. Trata-se de uma possibilidade na medida que o art. 5º da Lei 11079/2004 afirma expressamente que: § 2º Os contratos poderão prever adicionalmente: II – a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.”

A alternativa D está correta. A lei 11079/2004 dispõe em sua literalidade que: “Art. 8º As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante: IV - garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras.”

A alternativa E está incorreta. Cuida-se de uma possibilidade e não de um dever previsto em lei. Com efeito, o art. 13 da Lei 11079/2004 dispõe que: “Art. 13. O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento(...).”

QUESTÃO 29. Segundo o posicionamento das Cortes Superiores acerca do imposto sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, de bens imóveis, por ato oneroso – ITBI, é correto afirmar que

- a) a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel transmitido, que se vincula à base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, na medida em que o Código Tributário Nacional a estabelece como referencial de tributação.
- b) é constitucional a lei municipal que estabelece alíquotas progressivas do imposto com base no valor venal do imóvel transmitido.
- c) os municípios podem arbitrar previamente a base de cálculo do imposto, com respaldo no valor de referência por eles estabelecido de forma unilateral.
- d) o valor da transação imobiliária, declarado pelo contribuinte, goza da presunção de ser condizente com o valor de mercado e somente pode ser afastada pelo Fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio.
- e) a imunidade tributária do imposto, conforme prevista constitucionalmente, alcança os imóveis incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica, independentemente de o valor total desses bens exceder o limite do capital social a ser integralizado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre o tema de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), requerendo do examinando o conhecimento acerca do posicionamento jurisprudencial sobre a matéria.

A alternativa D está correta. Consoante a apreciação do Tema 1113, o Superior Tribunal de Justiça firmou três teses relativas ao cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nas operações de compra e venda, a saber:

“a) a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação;” b) o valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (art. 148 do CTN); c) o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.”

Por tanto, as demais alternativas estão incorretas, por estarem contrárias ao Tema 1113 do STJ.

QUESTÃO 30. A dívida consolidada do Município Alfa ultrapassou o respectivo limite legal ao final do quadrimestre. Nessa hipótese, segundo determina a Lei Complementar no 101/2000, referida dívida deverá a ele ser reconduzida até o término dos subsequentes, com redução do excedente em pelo menos.....no primeiro. De acordo com as disposições do referido diploma legal, completam, correta e respectivamente, as lacunas:

- a) dois ... 50%
- b) três ... 25%
- c) quatro ... 20%
- d) quatro ... 50%
- e) quatro ... 50%.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre Lei de Responsabilidade Fiscal, mais precisamente, acerca da dívida consolidada de um ente da Federação.

A alternativa B está correta. A resposta da questão está na literalidade do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que prevê o seguinte: “Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.”

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, por não estarem de acordo com o dispositivo legal.

QUESTÃO 31. As operações de crédito por antecipação de receita são compromissos financeiros assumidos pelas entidades da administração pública para o fim de cobrir eventual insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, observadas as condições estabelecidas pela Lei Complementar no 101/2000. A respeito dessa modalidade de empréstimo, é correto afirmar que

a) sua realização é autorizada durante todo o mandato do Chefe do Poder Executivo, incluindo o último ano de seu exercício.

b) não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou a que vier a esta substituir.

c) será permitida na pendência de operação anterior da mesma natureza, ainda não resgatada, em razão da necessidade de implementação da meta orçamentária que a justificar, desde que realizadas dentro mesmo exercício financeiro.

d) deverá ser liquidada, com juros e demais encargos, até a data de 31 de dezembro do exercício financeiro em que for realizada.

e) poderá ser realizada a partir do décimo dia do mês de fevereiro de cada exercício financeiro, quando se inicia a sessão legislativa ordinária, na medida em que necessita de lei que a autorize.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Uma vez que o artigo 38, IV, b da LRF prevê que é proibida a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.

A alternativa B está correta. A assertiva representa a literalidade do artigo 38, III da LRF: “Art. 38. (...) III - não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;

A alternativa C está incorreta, uma vez que o artigo 38, IV, a, da LRF prevê que é proibida a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

A alternativa D está incorreta. A assertiva está errada, uma vez que o artigo 38, II da LRF prevê que deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano. A alternativa E está incorreta. A assertiva está errada, uma vez que o artigo 38, I da LRF prevê que realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.

QUESTÃO 32. Na determinação da Lei no 4.320/1964, de que a Lei do Orçamento deverá discriminar a despesa, no mínimo, por elementos, há aplicação do princípio orçamentário

a) do orçamento impositivo.

b) da unidade.

c) da pureza.

d) da programação.

e) da especificidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o princípio da especificidade.

Trata-se de princípio formal segundo o qual a receita e a despesa públicas devem constar do Orçamento com um satisfatório nível de especificação ou detalhamento, isto é, elas devem ser autorizadas pelo Legislativo não em bloco, mas em detalhe. A Lei 4.320/1964 traz a seguinte previsão: “Art. 5º A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.” E também prevê o seguinte no artigo 15: “Art. 15. Na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á no mínimo por elementos. § 1º Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução.”

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa E.

QUESTÃO 33. Tendo por base a classificação das despesas, conforme disciplina da Lei no 4.320/1964, na hipótese de determinada empresa municipal se encontrar em situação financeira deficitária, o município fará a cobertura dos déficits da referida empresa, desde que essa dotação esteja expressamente incluída nas despesas do orçamento, por meio de

a) subvenção econômica.

b) investimento.

c) transferência de capital.

d) auxílio para inversão financeira.

e) subsídio especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei nº 4.320/1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, exigindo do candidato o conhecimento da literalidade deste dispositivo legal.

A alternativa A está correta. O município fará a cobertura dos déficits por meio de subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril, nos termos do art.12, §3º, II c/c artigo 18 da Lei 4.320/1964, a saber: “Art. 12. (...) § 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como: II - subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril. (...) Art. 18. A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.”

Portanto, uma vez que a transferência narrada na questão corresponde a subvenção econômica, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 34. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, os orçamentos fiscal e de investimento, compreendidos na lei orçamentária anual, terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais. Esses orçamentos têm por base o critério

- a) territorial.
- b) populacional.
- c) evolução da aprendizagem.
- d) sustentabilidade.
- e) econômico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, uma vez que a CF/88 prevê no seu artigo 165, §7º que os orçamentos fiscal e de investimento (artigo, 165, §5º, I e II) compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, por não se tratarem de critério orçamentário narrado.

QUESTÃO 35. Em razão de dívida tributária inscrita na data de 30/11/2015, foi movida a ação executiva fiscal em face da Empresa Alfa Ltda., em 06/11/2017, sendo a empresa regularmente citada em 15 de dezembro do mesmo ano. Todavia, em 19/01/2024, a execução fiscal foi redirecionada aos seus sócios-gerentes, Plínio e Otávio, tendo em vista a dissolução irregular da empresa na data de 15/01/2020, devidamente comprovada pelo Fisco e reconhecida pelo juízo, sendo os mesmos considerados citados validamente na data de 04/03/2024. Diante da situação hipotética, para fins de contagem do prazo prescricional em relação aos sócios-gerentes, tendo por base no posicionamento jurisprudencial sobre o tema, é correto afirmar que o termo inicial da contagem é a data de

- a) 30/11/2015.
- b) 06/11/2017.
- c) 15/01/2020.
- d) 19/01/2024.
- e) 04/03/2024.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o prazo prescricional em ação de execução fiscal, exigindo do examinando o entendimento jurisprudencial sobre a matéria.

A alternativa C está correta. Consoante o Tema 444, a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça ao apreciar REsp 1201993/SP, o prazo de redirecionamento da execução fiscal, fixado em cinco anos, contado da diligência de citação da pessoa jurídica, é aplicável quando o referido ato ilícito, previsto no artigo 135, inciso III, do Código Tributário Nacional (CTN). Nestes sentindo, o termo inicial da contagem do prazo prescricional é a data de 15/01/2020, data a qual houve a dissolução irregular da Empresa Alfa Ltda.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, pois não correspondem ao termo inicial da contagem do prazo prescricional, nos termos do entendimento do STJ.

QUESTÃO 36. Assinale a alternativa correta no que se refere à medida cautelar fiscal.

- a) Para sua concessão, em qualquer caso, será essencial a prova literal da prévia constituição do crédito tributário.
- b) Caso a execução judicial esteja no tribunal, a medida deverá ser requerida ao seu presidente.
- c) Será concedida liminarmente, mediante justificção prévia da Fazenda Pública, dispensada a prestação de caução.
- d) Ocorrendo contestação no prazo legal, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, caso necessária a produção de prova.
- e) quando concedida em procedimento preparatório, a Fazenda Pública deverá promover a execução fiscal no prazo de trinta dias, sob pena de perda da eficácia da medida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre medida cautelar fiscal, nos termos da Lei 8.397/92.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há casos em que a concessão da medida cautelar independe de prévia constituição do crédito tributário, como na hipótese dos incisos V, alínea "b", e VII, do art. 2º, da Lei 8.397/92.

A alternativa B está incorreta. A medida cautelar fiscal será requerida ao Juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, nos termos do art. 5º da Lei 8.397/92.

A alternativa C está incorreta. A concessão liminar da medida cautelar dispensa a Fazenda Pública de justificção prévia, nos termos do art. 7º, da Lei 8.397/92.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Lei 8.397/92, ocorrendo contestação no prazo legal, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, caso necessária a produção de prova.

A alternativa E está incorreta. A Fazenda Pública tem prazo de 60 dias para propor a ação de execução fiscal, nos termos do art. 11 e 13, I, ambos da Lei 8.397/92.

QUESTÃO 37. A entidade filantrópica Auxilius requereu imunidade tributária em 12/04/2022 junto à municipalidade na qual se localiza sua sede, anexando a documentação comprobatória dos requisitos legais necessários à sua concessão. A decisão administrativa concessiva, todavia, deu-se em 10/06/2023, sendo publicada em 13/06/2023. O município, porém, entende ser devido o imposto predial e territorial urbano – IPTU do imóvel alugado pela entidade e no qual está instalada sua sede, tanto do exercício 2022, quando a imunidade foi requerida, quanto de 2023, quando foi concedida. Diante da situação hipotética, e com base na jurisprudência a respeito, é correto afirmar que a exação é

a) totalmente indevida porque a decisão que reconhece a imunidade tem natureza declaratória e gera efeitos ex tunc.

b) totalmente devida porque a decisão que reconhece a imunidade tem natureza constitutiva e gera efeitos ex nunc.

c) totalmente devida porque, embora a imunidade tenha sido reconhecida em caráter constitutivo, a entidade é mera locatária do imóvel.

d) devida apenas com relação ao exercício 2022 porque, sendo a imunidade reconhecida em caráter declaratório em 2023, passou a gerar efeitos ex nunc a partir desse exercício.

e) devida apenas em relação ao exercício 2022 porque, sendo a imunidade reconhecida em caráter constitutivo em 2023, passou a gerar efeitos ex nunc a partir desse exercício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o tema da imunidade tributária e seus efeitos, exigindo do examinando o conhecimento da jurisprudência nesse sentido.

A alternativa A está correta. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a decisão administrativa que reconhece a imunidade tributária tem natureza declaratória e, por conseguinte, produz efeitos ex tunc, para autorizar a retroação dos seus efeitos, a partir do momento em que preenchidos os requisitos legais, para a concessão da imunidade (AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL No 194.981 - RJ). Portanto, a exação é indevida, fazendo jus a entidade filantrópica à imunidade tributária, a qual retroagirá desde a época que preencheu os requisitos legais, ou seja, 12/04/2022.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 38. O imposto de competência municipal sobre a prestação de serviços – ISS, incide sobre

a) a locação pura e simples de bens móveis.

b) os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

c) o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

d) o leasing operacional.

e) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o tema competência tributária municipal sobre a incidência do Imposto sobre Serviços, previsto pela Lei Complementar 116/2003.

A alternativa A está incorreta, por não constituir prestação de serviço, e portanto, não preenchendo o requisito de fato gerador, nos termos do art. 1º, caput, da LC n. 116/2003.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 2º, parágrafo único, da LC n. 116/2003, haverá a incidência do ISS sobre os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

A alternativa C e E estão incorretas, por tratarem de hipóteses de não-incidência do ISS, nos termos do art. 2º, III, da LC n. 116/2003.

A alternativa D está incorreta, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal ao apreciar o RE 592905, é constitucional a incidência do ISS sobre as operações de arrendamento mercantil (leasing financeiro).

QUESTÃO 39. No que se refere às multas tributárias no processo de falência, é correto afirmar que serão pagas

a) previamente aos demais créditos por serem consideradas extraconcursais.

b) posteriormente aos créditos trabalhistas e juntamente com os créditos tributários dos quais decorrerem.

c) anteriormente aos créditos quirografários.

d) anteriormente aos créditos subordinados.

e) sequencialmente aos créditos gravados com garantia real e juntamente com os créditos tributários dos quais decorrerem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o pagamento das multas tributárias no processo de falência, segundo a ordem de pagamento disposta na Lei de Falências (Lei 11.101/2005). O artigo 83 da Lei 11.101/2005 estabelece ordem de preferência dos créditos na falência, tratando-se de norma imperativa, impondo uma ordem a ser seguida, para que o pagamento aos créditos tributários não ocorra de maneira arbitrária.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 83, VII, da Lei 11.101/2005, as multas tributárias serão pagas anteriormente aos créditos subordinados (inciso VIII).

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 40. No que se refere aos precatórios, segundo a regência constitucional, é correto afirmar que

a) as verbas destinadas ao pagamento dos precatórios apresentados até 1º de julho deverão ser incluídas no orçamento das entidades de direito público devedoras, para pagamento até o final do exercício seguinte.

b) os débitos de natureza alimentícia, cujos titulares tenham 65 anos ou mais ou sejam pessoas com deficiência, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, não sendo admitido o fracionamento para essa finalidade.

c) os pagamentos dos débitos de natureza alimentícia cujos titulares o sejam por sucessão hereditária serão feitos, exclusivamente, na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, não fazendo jus a qualquer preferência.

d) o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, mediante a concordância do devedor, aplicando-se a eventual preferência do cedente ao cessionário.

e) a cessão de precatórios, observado o disposto na Constituição Federal, somente produzirá efeitos após a comunicação, por meio de petição protocolizada, ao Tribunal de origem e ao ente federativo devedor.

e) econômico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre precatórios.

A alternativa A está incorreta. O §5º do artigo 100 da CF/88 prevê que é obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

A alternativa B está incorreta. O §2º do artigo 100 da CF/88 autoriza o fracionamento para pagamento de débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência.

A alternativa C está incorreta. No caso dos débitos de natureza alimentícia (art. 100, §1º), não há previsão na CF/88 de transferência da preferência por sucessão hereditária. Esta previsão alcança as preferências, nos débitos de natureza alimentícia, cujos titulares sejam idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência (art. 100, §2º).

A alternativa D está incorreta, uma vez que no §13 do artigo 100 da CF/88 que autoriza a cessão dos créditos em precatórios expressamente exclui a aplicação da previsão das preferências previstas para os precatórios alimentares (§§2º e 3º do artigo 100 da CF/88).

A alternativa E está correta, representando a literalidade do artigo 100, §14 da CF/88, a saber: “Art. 100. (...) § 14. A cessão de precatórios, observado o disposto no § 9º deste artigo, somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao Tribunal de origem e ao ente federativo devedor.”

QUESTÃO 41. Assinale a alternativa que corresponde a um caso de competência nacional exclusiva.

a) Partilha de bens em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável de bens situados no Brasil, mesmo que o titular desses bens seja estrangeiro ou tenha domicílio fora do Brasil.

b) Imóveis situados no Brasil, desde que a demanda seja de natureza real e não pessoal.

c) Inventário e partilha de bens situados no Brasil, desde que o autor da herança seja brasileiro.

d) Testamento particular, desde que o autor resida no Brasil.

e) Quando no Brasil a obrigação deva ser satisfeita, estabelecendo praça de pagamento mesmo que ambos os contratantes sejam estrangeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre os limites da jurisdição nacional.

A alternativa correta encontra fundamento na literalidade do art. 23, III, do CPC: “Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: [...] III - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional”.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 23, I, do CPC, que trata sobre a competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira, não faz distinção entre demandas de natureza real ou pessoal: “Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil”.

As alternativas C e D estão incorretas, pois nos termos do art. 23, II, do CPC, na hipótese, a competência será da autoridade judiciária brasileira, ainda que o autor da herança não seja brasileiro: “Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: [...] II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional”.

A alternativa E está incorreta, pois a hipótese descrita, embora esteja prevista no art. 21, II, do CPC, a situação não é de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira: “Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: [...] II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação”.

QUESTÃO 42. Pedro propôs ação de indenização por danos materiais em face de Rodrigo, mas deixou de apresentar pedido de gratuidade de justiça, bem como deixou de recolher as custas. No dia 15 de fevereiro, Pedro recebeu intimação eletrônica, por meio do Diário de Justiça Eletrônico para realizar o recolhimento das custas no prazo de 15 dias e no dia 17 de fevereiro,

Pedro recebeu a mesma intimação por meio do Portal Eletrônico – portal de intimações. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, deverá prevalecer a intimação

a) que for mais benéfica a Pedro, no caso por meio do Portal Eletrônico.

b) que for mais benéfica a Rodrigo, no caso, por meio do Diário de Justiça Eletrônico.

c) que for a primeira validamente efetuada, no caso por meio do Diário de Justiça Eletrônico.

d) realizada no Diário da Justiça Eletrônico, independentemente de ser a mais benéfica ou ter sido a primeira validamente efetuada.

e) realizada pelo Portal Eletrônico, independentemente de ser a mais benéfica ou ter sido a primeira validamente efetuada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre a comunicação dos atos processuais.

A questão cobrou o conhecimento sobre a decisão proferida pela Corte Especial do STJ no julgamento de EAREsp n.º 1.663.952, que definiu que, quando houver duplicidade das intimações eletrônicas previstas na Lei n.º 11.419/2006 – especificamente pelo Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e pelo portal eletrônico –, deve prevalecer, para efeitos de contagem de prazos processuais, a intimação que tiver sido realizada no portal eletrônico: “O termo inicial de contagem dos prazos processuais, em caso de duplicidade de intimações eletrônicas, dá-se com a realizada pelo portal eletrônico, que prevalece sobre a publicação no Diário da Justiça (DJe)”. (EAREsp n.º 1.663.952/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 19/5/2021, Info n.º 697)”

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários à alternativa E.

QUESTÃO 43. Obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, se o requerente não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias,

a) independentemente da reparação por dano processual, o requerente responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar ao requerido.

b) haverá revogação da liminar concedida, bem como condenação do autor ao pagamento, em dobro, dos danos processuais.

c) o juiz julgará o mérito da tutela final pretendida antecipadamente.

d) haverá julgamento sem resolução do mérito.

e) o juiz ordenará a emenda da petição inicial, aplicando pena de litigância de má-fé ao requerente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre tutela provisória de urgência.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com a redação literal do art. 302, II, do CPC: “Art. 302. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação

da tutela de urgência causar à parte adversa, se: [...] II - obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias”.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, pois não há no CPC a previsão de tal efeito como consequência da obtenção liminar da tutela em caráter antecedente.

QUESTÃO 44. Caetano ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em face de Amélia em razão de um acidente de trânsito sofrido. A ação foi proposta perante a 2ª Vara Cível de Sorocaba, Amélia foi devidamente citada e contratou seu vizinho, Antônio, como seu advogado. Apresentou contestação, as provas foram produzidas e procedeu-se à fase de instrução processual. Em janeiro de 2024, Antônio teve um mal súbito e veio a falecer. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O juiz deverá, de ofício, suspender o processo pelo prazo de 30 dias para que Amélia constitua novo mandatário.

b) O processo deverá ser suspenso para Amélia, sendo possível a prática de atos processuais de mera diligência por Caetano.

c) A suspensão deverá se dar por pedido de Amélia, no prazo de 30 dias a contar do falecimento sob pena de condenação por litigância de má-fé.

d) O juiz ordenará o prosseguimento do processo à revelia de Amélia se, passados quinze dias da determinação para constituição de novo mandatário, ela se quedar inerte.

e) Ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que Amélia constitua novo mandatário, no prazo de 15 dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre a hipótese de morte do procurador da parte no processo civil.

A alternativa D está correta está de acordo com a literalidade do art. 313, § 3º, do CPC: “Art. 313 [...] § 3º No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu, se falecido o procurador deste”.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo para Amélia constituir novo procurador é de 15 e não 30 dias, conforme o já mencionado art. 313, § 3º, do CPC.

A alternativa B está incorreta, pois quando o processo é suspenso, ele é suspenso para todos e não apenas para Amélia.

A alternativa C está incorreta, pois a suspensão independe de pedido de Amélia, já que com a morte do seu procurador, ela não possui “jus postulandi” para pleitear qualquer medida no processo. Por outro lado, o prazo é de 15 e não 30 dias e não há previsão de multa por litigância de má-fé, mas apenas o prosseguimento do feito.

A alternativa E está incorreta, pois na hipótese, nos termos do art. 313, § 3º, do CPC, o juiz ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu.

QUESTÃO 45. Acerca da reconvenção, assinale a alternativa correta.

a) A reconvenção, por ser apresentada como um capítulo da contestação, tem natureza jurídica de defesa.

b) Na reconvenção é permitida tanto a ampliação subjetiva ativa quanto a passiva.

c) O indeferimento da causa originária por falta de interesse de agir gera, por consequência, a resolução da reconvenção.

d) Por não haver valor da causa da reconvenção, não há exigibilidade de honorários advocatícios.

e) Caso o juízo da causa originária seja relativamente incompetente para conhecer da reconvenção, uma vez apresentado o pedido reconvenicional, ele deverá ser indeferido de plano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre a reconvenção.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 343, “caput”, do CPC, deixa claro que embora deva haver conexão da pretensão deduzida na reconvenção, trata-se de pretensão própria, isto é, cujo conhecimento independe da pretensão apresentada pela parte autora: “Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa”. Assim, a natureza jurídica da reconvenção é de uma verdadeira ação autônoma, mas que se processa no mesmo processo em que ocorre a ação principal (contra-ataque).

A alternativa B está correta, de acordo com o art. 343, § 3º e 4º, do CPC: “Art. 343 [...] § 3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro. § 4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro”. O § 3º do art. 343 do CPC trata da ampliação subjetiva passiva e o § 4º do art. 343 do CPC trata da ampliação subjetiva ativa.

A alternativa C está incorreta, pois como dito no comentário à alternativa A, a reconvenção possui características próprias, como a independência em relação à ação principal, podendo ter objeto, causa de pedir e fundamentos distintos. Isso significa que a reconvenção não se confunde com a defesa do réu, sendo uma demanda separada que busca uma decisão judicial específica em relação aos pedidos do réu contra o autor. Aliás, é o que dispõe o art. 343, § 2º, do CPC: “Art. 343 [...] § 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção”.

A alternativa D está incorreta, pois na reconvenção, como há demanda autônoma à pretensão inicial do autor e, portanto, outra demanda, há sim valor da causa a ser declarado. Aliás, é o que dispõe o art. 292, “caput”, do CPC: “Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será”.

A alternativa E está incorreta, pois no caso, o juiz deverá ordenar a intimação do autor através do advogado para, em 15 dias, apresentar resposta, nos termos do art. 343, § 1º do CPC: “Art. 343 [...] § 1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias”.

QUESTÃO 46. Clara alega ter sofrido sequelas graves após um procedimento médico estético realizado pelo Dr. Beto, razão pela qual ajuizou ação de indenização por erro médico contra ele buscando a reparação dos danos sofridos. O Dr. Beto foi citado e apresentou contestação, no entanto, no momento de produção das provas, a obtenção de provas por parte de Clara se mostra complexa, devido à necessidade de conhecimentos médicos específicos e acesso a documentos sigilosos do hospital onde o procedimento foi realizado. Buscando evitar a morosidade do processo e a dificuldade na obtenção de provas, as partes decidem celebrar acordo sobre a inversão do ônus da prova. No acordo celebrado, o Dr. Beto se compromete a apresentar, no prazo de 45 dias, os prontuários médicos completos de Clara, incluindo os exames realizados antes, durante e após o procedimento, bem como o laudo do procedimento e demais documentos relevantes. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que o acordo acerca da distribuição dinâmica do ônus da prova

- a) deveria ter sido celebrado antes do início do processo.
- b) depende de homologação judicial.
- c) afasta a redistribuição por parte do juiz.
- d) exige fundamentação e contraditório prévio.
- e) admite que o Dr. Beto seja instado a comprovar fatos negativos desde que reste comprovado que Clara é hipossuficiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre negócio jurídico processual.

O art. 190 do CPC dispõe sobre a cláusula geral dos negócios jurídicos processuais: “Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo”. Verifica-se claramente que no caso do enunciado as partes convencionaram quanto à distribuição do ônus da prova, o que encontra fundamento no art. 190 do CPC. Além disso, o Enunciado n.º 128 do CJF dispõe que: “Exceto quando reconhecida sua nulidade, a convenção das partes sobre o ônus da prova afasta a redistribuição por parte do juiz”.

Assim, as alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 47. Gael, pai de Aurora, encontra-se em atraso com o pagamento da pensão alimentícia para sua filha há 3 meses. A mãe da Aurora, Maria, ajuizou ação judicial contra Gael, requerendo o pagamento da pensão alimentícia mensal no valor de R\$ 1.500,00. Gael foi citado, apresentou defesa e, após a instrução do processo, o Juiz proferiu sentença reconhecendo o direito de Aurora receber pensão alimentícia, condenando Gael ao pagamento, no prazo de 15 dias, da quantia em atraso no valor de R\$ 4.500,00, acrescida de correção monetária e juros legais, e arbitrou os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa. Gael, inconformado com a

decisão, interpôs apelação contra a sentença proferida. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Não é possível o cumprimento provisório da sentença uma vez que o crédito tem natureza alimentar.

b) É possível o cumprimento provisório da sentença desde que prestada caução suficiente e idônea, definida pelas partes e prestada nos próprios autos.

c) É possível o cumprimento provisório da sentença, sendo certo que, se ela for modificada ou anulada apenas em parte, somente na parte anulada ou modificada ficará sem efeito a execução.

d) Os honorários advocatícios não são devidos no cumprimento provisório de sentença, devendo aguardar o trânsito em julgado para o seu recebimento.

e) Se Gael comparecer tempestivamente e depositar o valor devido, com a finalidade de isentar-se de eventual multa por descumprimento do prazo para pagamento voluntário, o ato será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre o efeito suspensivo do recurso de apelação e o cumprimento provisório de sentença de obrigação de pagar alimentos.

A alternativa A está incorreta, pois como já visto no art. 1.012, § 2º, do CPC, é possível o cumprimento provisório.

A alternativa B está incorreta, pois não há necessidade de prestação de caução, conforme art. 1.012, § 2º, do CPC.

A alternativa C encontra fundamento no art. 1.012, § 1º, II, do CPC: “Art. 1.012 [...] § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: [...] II - condena a pagar alimentos”.

O dispositivo mencionado trata da não incidência do efeito suspensivo automático da apelação em sentenças que condenem o réu a pagar alimentos. Por outro lado, o § 2º, do art. 1.012 do CPC dispõe sobre a possibilidade de cumprimento provisório após a publicação da sentença: “Art. 1.012 [...] § 2º Nos casos do § 1º, o apelado poderá promover o pedido de cumprimento provisório depois de publicada a sentença”.

Por fim, o art. 520, III, do CPC, dispõe sobre a modificação/ anulação parcial da sentença sujeita ao cumprimento provisório e seus efeitos: “Art. 520. O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, sujeitando-se ao seguinte regime: [...] III - se a sentença objeto de cumprimento provisório for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução”.

A alternativa D está incorreta, pois são devidos os honorários no cumprimento provisório de sentença, conforme art. 520, § 2º, do CPC: “Art. 520 [...] § 2º A multa e os honorários a que se refere o § 1º do art. 523 são devidos no cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa”.

A alternativa E está incorreta, pois tal conduta de Gael não implica em ato incompatível com o recurso por ele interposto, conforme art. 520, § 3º, do CPC: “Art. 520 [...] § 3º Se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto”.

QUESTÃO 48. Martha, Roberta e Suzana são vizinhas. Incomodadas com o cachorro de Suzana que sempre escapava, Martha e Roberta resolveram propor uma ação de obrigação de fazer em face de Suzana, requerendo a construção de um muro. Suzana foi devidamente citada, apresentou defesa e a ação foi julgada procedente. Nenhuma das partes apresentou recurso e a ação transitou em julgado. Martha e Roberta iniciaram o cumprimento de sentença. No entanto, o juiz determinou a intimação de Suzana para a demolição do muro no prazo de 15 dias sob pena de aplicação de multa e honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa.

Diante da sentença contraditória prolatada pelo juiz, é correto afirmar que

a) por serem litisconsortes, Martha e Roberta terão prazo em dobro para opor embargos de declaração desde que apresentem em juízo requerimento para tanto e possuam diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos.

b) caso decidam opor embargos de declaração, Martha e Roberta deverão recolher o preparo e indicar com precisão o erro, obscuridade, contradição ou omissão da decisão judicial.

c) opostos os embargos de declaração por Martha e Roberta, não há necessidade de intimação de Suzana para manifestação, uma vez que o recurso diz respeito a um erro na decisão judicial e não ao mérito da decisão.

d) opostos embargos de declaração por Martha e Roberta e, concomitantemente, apresentado recurso por Suzana, caso os embargos de declaração sejam rejeitados, Suzana não precisará ratificar o seu recurso para que seja processado e julgado.

e) caso Suzana oponha embargos de declaração em face da decisão proferida, o prazo para apresentar impugnação ao cumprimento de sentença será interrompido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre o recurso de embargos de declaração. Não é necessário que o réu ratifique o recurso de apelação caso os embargos de declaração apresentados pelo autor sejam rejeitados. Isso porque os embargos de declaração são um tipo de recurso que busca esclarecer obscuridades, contradições ou omissões na decisão judicial, não interferindo diretamente na admissibilidade ou no processamento de outros recursos interpostos pelas partes. Dessa forma, uma vez que os embargos de declaração foram rejeitados, o recurso de apelação apresentado pelo réu seguirá seu curso normal no processo, sem a necessidade de ratificação após a decisão sobre os embargos de declaração. O recurso de apelação será processado e julgado conforme as normas e prazos estabelecidos no Código de Processo Civil ou na legislação processual aplicável ao caso. Aliás, a regra do art. 1.024, § 5º, do CPC é bastante clara neste sentido: “Art. 1.024 [...] § 5º Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação”.

A alternativa A está incorreta, pois a contagem em dobro na hipótese independe de requerimento das partes, nos termos do art. 229 do CPC: “Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento”.

A alternativa B está incorreta, pois os embargos de declaração não se sujeitam ao recolhimento de preparo, nos termos do art. 1.023 do CPC: “Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo”.

A alternativa C está incorreta, pois considerando que o acolhimento do pedido dos embargos vai modificar a sentença, é necessária a intimação da parte embargada, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC: “Art. 1.023 [...] § 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada”.

A alternativa E está incorreta, pois os embargos não possuem efeito suspensivo e a interrupção se dá em relação aos prazos para a interposição de recursos, nos termos do art. 1.026 do CPC: “Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso”.

QUESTÃO 49. Em setembro de 2021 foi promulgada a Lei Municipal no 123 que estabelecia a obrigatoriedade de o Município X pagar o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por dia para todos os municípios que aguardavam atendimento médico no hospital municipal por mais de 3 (três) meses. Duzentos municípios realizaram um requerimento administrativo requerendo o pagamento dos valores devidos. No entanto, o Município não realizou o pagamento, e os municípios, inconformados, formaram um litisconsórcio ativo e propuseram ação de obrigação de fazer em face do Município X que, devidamente citado, apresentou contestação. Em agosto de 2023, foi proferida sentença julgando procedente a ação. O Município X deixou de interpor apelação, tendo transitado em julgado a ação em dezembro de 2023. Os municípios, então, iniciaram o cumprimento da obrigação de pagar quantia certa. Em janeiro de 2024, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Lei Municipal nº 123.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A procuradoria do Município X será intimada, por meio de oficial de justiça, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
- b) Caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) A inconstitucionalidade da lei não consta do rol taxativo de matérias aptas a serem arguidas na impugnação à execução, razão pela qual a procuradoria deverá propor ação autônoma.
- d) A decisão do Supremo Tribunal Federal não poderá ter seus efeitos modulados, sendo válida a partir da sua publicação, sem efeitos retroativos.
- e) Para apresentar impugnação à execução proposta, a procuradoria do município deverá prestar caução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme dispõe a redação do art. 535, § 5º e § 8º, do CPC: “Art. 535 [...] § 5º Para efeito do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado

inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso. [...] § 8º Se a decisão referida no § 5º for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal”.

A alternativa A está incorreta, pois a intimação da Fazenda Pública se dará através de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, nos termos do art. 535 do CPC: “Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir”.

A alternativa C está incorreta, pois a inconstitucionalidade é uma causa que pode ser alegada como causa de inexigibilidade do título executivo, nos termos do art. 535, § 5º, do CPC: “Art. 535 [...] § 5º Para efeito do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso”.

A alternativa D está incorreta, pois os efeitos da decisão podem ser modulados pelo STF nos termos do art. 535, § 6º, do CPC: “Art. 535 [...] § 6º No caso do § 5º, os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal poderão ser modulados no tempo, de modo a favorecer a segurança jurídica”.

A alternativa E está incorreta, pois não há necessidade de caução para que a Fazenda Pública apresente impugnação.

QUESTÃO 50. A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade

- a) não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.**
- b) possibilita a repositura do incidente somente se o Ministério Público assumir a titularidade e sanar os pressupostos.**
- c) permite a repositura desde que realizado o pagamento de novas custas processuais.**
- d) gera a extinção do incidente com julgamento do mérito, impedindo a sua repositura.**
- e) gera a extinção do incidente sem julgamento do mérito, que somente poderá ser reproposto mediante a juntada do comprovante de pagamento dos honorários advocatícios devidos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, o IRDR.

A questão está de acordo com a literalidade do art. 976, § 3º, do CPC: “Art. 976 [...] § 3º A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado”.

A alternativa B está incorreta, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois não são devidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas, conforme art. 976, § 5º, do CPC: “Art. 976 [...] § 5º Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas”.

A alternativa D está incorreta, pois é possível a sua nova propositura, nos termos do art. 976, § 3º, do CPC.

A alternativa E está incorreta, conforme art. 976, § 5º, do CPC.

QUESTÃO 51. Lorenzo invadiu um imóvel no bairro Campolim nele estabelecendo sua moradia habitual. Passados dez anos, sem oposição, Lorenzo decide propor ação de usucapião alegando preencher todos os requisitos necessários para a aquisição originária do imóvel. A ação foi proposta perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba e Lorenzo requereu a citação de Olívia, proprietária do imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis, todos os confinantes ao imóvel e requereu também a citação, por edital, de eventuais interessados. Após a produção das provas no processo, Raquel apresentou oposição em face de Olívia e Lorenzo alegando ser a legítima proprietária do imóvel e requerendo a improcedência do pedido de usucapião. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

a) Raquel poderia ter apresentado oposição até o início da audiência de instrução, após, o requerimento deveria ser feito por meio de ação autônoma.

b) A oposição será distribuída por dependência aos autos da ação de usucapião, e Lorenzo e Olívia serão citados, na pessoa de seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias.

c) Sendo admitida, a oposição será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.

d) Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação originária e a oposição, desta conhecerá em primeiro lugar.

e) Raquel não poderia ter apresentado oposição por falta de interesse processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre o manejo da oposição em ação de usucapião. A oposição está prevista no art. 682 do CPC: “Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos”. No CPC de 1973 era tratada como uma espécie de intervenção de terceiros, já no CPC de 2015 (vigente) foi deslocada para os procedimentos especiais, com natureza de ação autônoma.

O STJ analisando situação idêntica ao do enunciado decidiu que não cabe oposição em ação de usucapião. O ministro Villas Bôas Cueva, relator do REsp n.º 1.726.292/CE, explicou que a oposição é instituto de intervenção de terceiros que tem natureza jurídica de ação judicial de conhecimento, de modo que o oponente deve preencher as condições da ação e os pressupostos processuais para o seu processamento. Segundo o relator, entre as condições da ação está o interesse processual, ou interesse de agir, que se encontra presente quando o autor tem necessidade de propor a demanda para alcançar a tutela pretendida. Todavia, o relator lembrou que a convocação, por edital, da universalidade de sujeitos indeterminados para que integrem o polo passivo da demanda, se assim desejarem, elimina a

figura do terceiro na ação de usucapião, de modo que a contestação é o instrumento hábil para que a parte manifeste sua irresignação com o pedido do autor.

Assim, em suma: “[...] O oponente carece de interesse processual para o oferecimento de oposição na ação de usucapião porque, estando tal ação incluída nos chamados juízos universais (em que é convocada a integrar o polo passivo por meio de edital toda a universalidade de eventuais interessados), sua pretensão poderia ser deduzida por meio de contestação [...]” (REsp n.º 1.726.292/CE, 3ª Turma, Rel. Min. Villas Bôas Cueva, julgado em 12/2/2019).

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, pois como já se observou acima, não cabe oposição em ação de usucapião.

QUESTÃO 52. É cabível habeas data para

a) se obter vista de processo administrativo.

b) assegurar o conhecimento de informações relativas a qualquer pessoa, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

c) emissão de certidões, com conteúdo de caráter pessoal.

d) interromper a publicação de matéria em sites da internet.

e) a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre o habeas data.

A alternativa A está incorreta, pois tal hipótese não consta nem na lei, nem na Constituição Federal como hipótese de concessão de habeas data.

A alternativa B está incorreta, pois a obtenção das informações deve ser pessoais e não referentes a qualquer pessoa, nos termos do art. 7º, I, da Lei n.º 9.507/1997: “Art. 7º Conceder-se-á habeas data: I - para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público”.

A alternativa C está incorreta, pois tal hipótese autoriza o uso de outro remédio constitucional: o mandado de segurança, e não o habeas data.

A alternativa D está incorreta, pois tal hipótese não consta nem na lei, nem na Constituição Federal como hipótese de concessão de habeas data.

A alternativa E está de acordo com a literalidade do art. 7º, II, da Lei n.º 9.507/1997: “Art. 7º Conceder-se-á habeas data: [...] II - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo”.

QUESTÃO 53. Romeu e Beth são casados pelo regime de comunhão parcial de bens e pais de três filhos: Pedro, Paulo e Bianca. Sabendo que Bianca está procurando um apartamento para comprar, Romeu lhe oferece um dos imóveis de propriedade do casal pelo valor de mercado. Sem conhecimento dos demais membros da família, Bianca realiza o pagamento e há a

transferência da propriedade. Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que a venda

a) é nula, havendo o prazo prescricional de dois anos contados da data de conhecimento da venda pelos demais membros da família.

b) é anulável no prazo de dois anos a contar da conclusão da venda.

c) é válida, uma vez que praticado o valor de mercado.

d) poderá se tornar válida desde que Beth declare expressamente estar de acordo com a venda.

e) será válida se houver consentimento, ainda que presumido, por parte de Pedro e Paulo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda sobre o prazo decadencial em caso de venda de ascendentes para descendentes sem anuência dos demais herdeiros.

A alternativa A está incorreta. A venda não será nula, quando, na verdade será anulável, nos termos do art. 496 do Código Civil. Ainda, cumpre esclarecer que o prazo não será prescricional, por força do art. 179 do Código Civil, sendo o prazo de anulação do negócio jurídico da venda de ascendente para descendente, o prazo será decadencial de 2 anos.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 496 do Código Civil, a venda de Romeu (pai de Bianca) da propriedade do casal para Bianca (filha de Romeu) é anulável, nos termos do art. 496 do Código Civil. O prazo é, portanto, prescricional, conforme assim determina o art. 179. A saber: “Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.”

A alternativa C está incorreta. A venda não é válida, sendo hipótese de venda anulável, nos termos do art. 496 do Código Civil.

As alternativas D e E estão incorretas. Ainda que Beth (mãe de Bianca) concorde com a venda, será necessária a concordância dos demais ascendentes, ou seja, será necessário que, além de Beth, Pedro e Paulo concordem. Assim como, acaso Pedro e Paulo (irmãos de Bianca) concordarem, será necessária a concordância de Beth. Trata-se de um requisito cumulativo, que deverá ocorrer de maneira expressa, nos termos do art. 496 do Código Civil.

QUESTÃO 54. Karina estava voltando para casa após um dia de trabalho quando Maurício, embriagado, colidiu com o seu carro. Em razão do acidente, Karina perdeu os movimentos em ambas as pernas, de forma permanente. Rafael, marido de Karina, e Cleusa, mãe de Karina, muito abalados, consultam um advogado acerca da possibilidade de propositura, em nome próprio, de uma ação de indenização por danos morais em face de Maurício. Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) o dano moral é um direito personalíssimo, não sendo possível a propositura da ação de indenização por danos morais por Rafael ou Cleusa.

b) Rafael e Cleusa poderiam propor ação de indenização por danos morais em face de Maurício apenas no caso de morte de Karina.

c) caso Rafael proponha ação autônoma de indenização, Cleusa não a poderá propor, uma vez que é possível apenas uma indenização por dano moral em ricochete.

d) é possível que Rafael e Cleusa proponham ações autônomas de indenização por danos morais em ricochete em face de Maurício.

e) Rafael ou Cleusa podem propor ação autônoma de indenização por danos morais, desde que Karina já tenha proposto ação de indenização por danos morais em face de Maurício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o dano moral por ricochete, requerendo do examinando o conhecimento acerca da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.

A alternativa D está correta. O dano moral por ricochete é plenamente reconhecido pela jurisprudência. Podemos aqui citar o entendimento assentado pelo Superior Tribunal de Justiça por ocasião do julgamento do REsp 1.208.949 - MG, reconhecendo que, em detrimento do prejuízo experimentado indiretamente por terceira pessoa é reconhecido o “dano por ricochete”. Colacionamos a seguinte ementa: “RESPONSABILIDADE CIVIL – INDENIZAÇÃO – DANOS MORAIS E MATERIAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – CRUZAMENTO NÃO SINALIZADO – PREFERÊNCIA – LEGITIMIDADE AD CAUSAM – DANO POR RICOCHETE. – Os pais da vítima de acidente de trânsito são parte legítimas para pleitearem indenização por danos que pessoalmente sofreram. Este prejuízo experimentado indiretamente por terceira pessoa é reconhecido na doutrina como “dano por ricochete”. – Para que se condene alguém ao pagamento de indenização, é preciso que se configurem os pressupostos ou requisitos da responsabilidade civil, que são o dano, a culpa do agente ou o risco, e o nexo de causalidade entre a atuação deste e o prejuízo. – O disposto no art. 293 III, c, do Código de Trânsito Brasileiro determina que, em cruzamento não sinalizado, os veículos que transitam pela direita possuem preferência de passagem. – Quanto aos danos morais, o que se busca é uma compensação, decorrente da lesão causada pelo acidente de trânsito, não podendo a indenização representar fonte de enriquecimento de ninguém, nem ser inexpressiva. “Portanto, o reconhecimento do dano moral por ricochete é perfeitamente plausível em situações nas quais o dano moral sofrido pela vítima principal do ato lesivo atinjam, por via reflexa, terceiros como seus familiares diretos, por lhes provocarem sentimentos de dor, impotência e instabilidade emocional (REsp 1.208.949 - MG). É o que se verifica na hipótese dos autos, em que postulam compensação por danos morais, em conjunto com a vítima direta, seus pais, perseguindo ressarcimento por seu próprio sofrimento, decorrente da repercussão do ato lesivo na sua esfera pessoal, eis que experimentaram, indubitavelmente, os efeitos lesivos de forma indireta ou reflexa, como reconheceu o Tribunal de origem, ao afirmar que, “embora tenha sido noticiado na exordial que o acidente não vitimou diretamente os pais da vítima, os mesmos apresentam legitimidade para pleitearem indenização, uma vez que experimentaram a sensação de angústia e aflição gerada pelo dano à saúde familiar” Nesse sentido, é possível que Rafael e Cleusa proponham ações autônomas de indenização por danos morais em ricochete em face de Maurício, em razão do acidente por ele causado, dirigindo embriagado, colidindo com o carro de Karina, enquanto esta voltada do trabalho, deixando seu esposo Rafael e sua mãe Cleusa em estado de sofrimento reflexo. As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 55. Acerca da cláusula penal, assinale a alternativa correta.

a) Para sua validade, a cláusula penal deverá ser estipulada conjuntamente com a obrigação, não sendo possível a sua realização em ato posterior.

- b) A cláusula penal deverá se referir à inexecução completa da obrigação, não sendo possível a estipulação de cláusula penal apenas em relação a alguma cláusula especial do contrato.
- c) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode, desde que acordado previamente entre as partes, exceder o da obrigação principal.
- d) É possível exigir a indenização suplementar tendo como único requisito que reste demonstrado que o prejuízo excedeu ao previsto na cláusula penal.
- e) Se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, o juiz deve reduzir a penalidade de forma equitativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a cláusula penal.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a cláusula penal poderá ser estipulada em momento posterior à obrigação, conforme o art. 409 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. É possível estipular cláusula penal em segurança especial de outra cláusula determinada, conforme prevê o art. 411 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, de acordo com o art. 412 do Código Civil, o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.

A alternativa D está incorreta. A indenização suplementar somente é possível caso assim seja convencionado, conforme prevê o art. 416, parágrafo único do Código Civil.

A alternativa E está correta. A assertiva está de acordo com o art. 413 do Código Civil, que prevê o seguinte: “A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.”.

QUESTÃO 56. A afirmação de que “o segurado é obrigado a comunicar ao segurador, logo que saiba, todo incidente suscetível de agravar, consideravelmente, o risco coberto, sob pena de perder o direito à garantia, provar-se que silenciou de má-fé” caracteriza a aplicação da teoria do(a)

- a) Renúncia Tácita.
b) Supressio.
c) Surrectio.
d) Venire contra factum proprium.
e) Duty to mitigate the loss.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata sobre a Teoria Duty to mitigate the loss, que se relaciona com o princípio da boa-fé objetiva, que versa sobre a mitigação do próprio prejuízo.

A alternativa E está correta, sendo a assertiva que corresponde a Duty to mitigate the loss. De acordo com esta teoria, as partes contratantes da obrigação devem tomar as medidas necessárias e possíveis para que o dano não seja agravado. Desse modo, a parte a que a perda aproveita não pode permanecer deliberadamente inerte diante do dano, pois a sua inércia imporá gravame desnecessário e evitável ao patrimônio da outra, circunstância que infringe os deveres de cooperação e lealdade. Conforme ensina a doutrina de Alessandra Cristina Tufvesson Peixoto, A Teoria Duty to mitigate the loss, ou mitigação do prejuízo pelo próprio credor, tem como fundamento o dever de boa-fé, que deve existir entre os contratantes e entres os indivíduos, em geral. Tem-se como conceito de boa-fé o dever de agir, nas relações sociais, de acordo com certos padrões mínimos de conduta socialmente recomendados, de lealdade, correção ou lisura, aos quais correspondem expectativas legítimas das pessoas. (PEIXOTO, Alessandra Cristina Tufvesson. Responsabilidade extracontratual - Algumas considerações sobre a participação da vítima na quantificação da indenização. in: Revista da Emerj, v.11, n.44, 2008, p. 135 e 136).

QUESTÃO 57. A antiga sede da Procuradoria do Município de Sorocaba foi desativada, restando o imóvel, de propriedade do Município, desativado sem nenhuma destinação pública. Miguel, que havia perdido seu imóvel em uma enchente, decidiu ocupar a antiga sede da Procuradoria para lá fixar sua nova residência, realizando, para tanto, diversas benfeitorias. Passados seis anos, Marcelo, desempregado e sem ter onde morar, ameaça invadir o imóvel em que Miguel fixou residência. O Município de Sorocaba, verificando a confusão em seu imóvel, decide requerer a desocupação de Miguel. Diante da situação hipotética, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Miguel

- a) terá direito à indenização, pelo Município, em razão das benfeitorias realizadas.**
- b) tem direito à proteção possessória apenas em face do Município, uma vez que ele exerce a detenção de um bem dominical.**
- c) tem direito à proteção possessória apenas em face de Marcelo, uma vez que entre eles a disputa será relativa à posse.**
- d) apenas teria direito à proteção possessória em relação ao Município, caso se tratasse de bem de uso comum do povo.**
- e) tem direito à proteção possessória tanto em relação ao Município quanto a Marcelo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre a ocupação de bem público dominical, exigindo do examinando o conhecimento acerca da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido.

A alternativa C está correta. Nesse sentido, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que o particular tem apenas detenção em relação ao Poder Público, não se cogitando de proteção possessória. Nesse sentido, é possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse.

Colacionamos a seguinte ementa: “RECURSO ESPECIAL. POSSE. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BEM PÚBLICO DOMINICAL. LITÍGIO ENTRE PARTICULARES. INTERDITO POSSESSÓRIO. POSSIBILIDADE. FUNÇÃO SOCIAL. OCORRÊNCIA.

1. Na ocupação de bem público, duas situações devem ter tratamentos distintos: i) aquela em que o particular invade imóvel público e almeja proteção possessória ou indenização/retenção em face do

ente estatal e ii) as contendas possessórias entre particulares no tocante a imóvel situado em terras públicas. 2. A posse deve ser protegida como um fim em si mesma, exercendo o particular o poder fático sobre a res e garantindo sua função social, sendo que o critério para aferir se há posse ou detenção não é o estrutural e sim o funcional. É a afetação do bem a uma finalidade pública que dirá se pode ou não ser objeto de atos possessórios por um particular. 3. A jurisprudência do STJ é sedimentada no sentido de que o particular tem apenas detenção em relação ao Poder Público, não se cogitando de proteção possessória. 4. É possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse. 5. À luz do texto constitucional e da inteligência do novo Código Civil, a função social é base normativa para a solução dos conflitos atinentes à posse, dando-se efetividade ao bem comum, com escopo nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. 6. Nos bens do patrimônio disponível do Estado (dominicais), despojados de destinação pública, permite-se a proteção possessória pelos ocupantes da terra pública que venham a lhe dar função social. 7. A ocupação por particular de um bem público abandonado/desafetado - isto é, sem destinação ao uso público em geral ou a uma atividade administrativa -, confere justamente a função social da qual o bem está carente em sua essência. 8. A exegese que reconhece a posse nos bens dominicais deve ser conciliada com a regra que veda o reconhecimento da usucapião nos bens públicos (STF, Súm 340; CF, arts. 183, § 3º; e 192; CC, art. 102); um dos efeitos jurídicos da posse - a usucapião - será limitado, devendo ser mantido, no entanto, a possibilidade de invocação dos interditos possessórios pelo particular. 9. Recurso especial não provido. (REsp 1296964/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 07/12/2016).

Portanto, as demais alternativas estão incorretas. Miguel terá direito à proteção possessória apenas em face de Marcelo, uma vez que entre eles a disputa será relativa à posse.

QUESTÃO 58. Adriana invadiu uma casa de 200 metros quadrados no centro de Sorocaba para fixar moradia e nela permaneceu por cinco anos, utilizando a garagem da casa como uma sorveteria, na qual vendia sorvetes artesanais por ela fabricados para o seu sustento e de seus três filhos. Passados os cinco anos, Adriana, que não é proprietária de nenhum outro bem imóvel, propôs ação requerendo o reconhecimento de usucapião especial urbana. Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- a) não é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre o imóvel, uma vez que um dos requisitos para a sua concessão é a utilização para moradia da pessoa ou de sua família, sendo vedada a utilização para fins comerciais.**
- b) será possível o reconhecimento da usucapião especial urbana apenas sobre a parte utilizada para fins de moradia.**
- c) é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre todo o imóvel, inclusive sobre a parte utilizada para fins comerciais.**
- d) para adquirir a propriedade do imóvel será necessária a propositura de duas ações de usucapião distintas, uma especial urbana para a casa e outra extraordinária para a garagem.**
- e) considerando a ausência de justo título e boa-fé, deverá ser proposta a ação de usucapião extraordinária em relação ao imóvel inteiro após o prazo de dez anos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a possibilidade do reconhecimento da usucapião especial urbana de imóveis que contenham comércio.

A alternativa C está correta. Sobre o tema, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o uso do imóvel para moradia e comércio não impede usucapião especial urbana (REsp 1.777.404). Vejamos a ementa do referido julgado: “RECURSO ESPECIAL. CIVIL. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA. REQUISITOS PREENCHIDOS. UTILIZAÇÃO MISTA, RESIDENCIAL E COMERCIAL. OBJEÇÃO NÃO EXISTENTE NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. ANÁLISE PROBATÓRIA. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Ação ajuizada em 20/01/2003, recurso especial interposto em 28/06/2018, atribuído a este gabinete em 27/11/2018. 2. O propósito recursal consiste em determinar se, a área de imóvel objeto de usucapião extraordinária, nos termos do art. 1.240 do CC/2002 e art. 183 da CF/1988, deve ser usada somente para fins residenciais ou, ao contrário, se é possível usucapir imóvel que, apenas em parte, é destinado para fins comerciais. 3. A usucapião especial urbana apresenta como requisitos a posse ininterrupta e pacífica, exercida como dono, o decurso do prazo de cinco anos, a dimensão da área (250 m² para a modalidade individual e área superior a esta, na forma coletiva), a moradia e o fato de não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural. 4. O art. 1.240 do CC/2002 não direciona para a necessidade de destinação exclusiva residencial do bem a ser usucapido. Assim, o exercício simultâneo de pequena atividade comercial pela família domiciliada no imóvel objeto do pleito não inviabiliza a prescrição aquisitiva buscada. 5. Recurso especial provido.” De acordo com a Relatora, o uso misto da área a ser adquirida por meio de usucapião especial urbana não impede seu reconhecimento judicial, se a porção utilizada comercialmente é destinada à obtenção do sustento do usucapiente e de sua família. Conforme o caso narrado, Adriana poderá obter o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre todo o imóvel, inclusive a parte utilizada como sorveteria, a qual obtém o sustento da família.

Portanto, consoante o comentário da alternativa C, as demais alternativas estão incorretas, sendo possível o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre todo o imóvel, inclusive sobre a parte utilizada para fins comerciais.

QUESTÃO 59. Assinale a alternativa que corresponde a um caso hipotético em que há aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no tratamento de dados pessoais.

- a) Ricardo classifica informações relacionadas aos moradores de seu condomínio edilício para fins, exclusivamente, particulares e não econômicos.**
- b) Empresa XYZ, com sede na Índia, transmite informações acerca dos dados pessoais dos usuários, que tenham sido coletados no Brasil, para fins, exclusivamente, de planejamento estratégico da marca.**
- c) Empresa ABC utiliza dados dos seus clientes para fins, exclusivamente, acadêmicos, mediante consentimento pelos titulares.**
- d) Empresa Pública do Município de Sorocaba acessa dados dos munícipes para fins exclusivos de segurança pública.**
- e) Autarquia Municipal de Sorocaba reproduz dados dos munícipes para fins, exclusivamente, jornalístico.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

A alternativa A está incorreta. Neste caso, não se aplica a LGPD. De acordo com seu artigo 4º, I: “Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;”

A alternativa B está correta. Neste caso, se aplica, sim, a LGPD. De acordo com seu artigo 3º, III: “Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.”

A alternativa C está incorreta. Neste caso, não se aplica a LGPD. De acordo com seu artigo 4º, II, alínea “b”: “Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: II - realizado para fins exclusivamente: b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;”

Ademais, de acordo com art. 11, I, da LGPD: “Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;”

A alternativa D está incorreta. Neste caso, não se aplica a LGPD. De acordo com seu artigo 4º, III, alínea “a”: “Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: III - realizado para fins exclusivos de: a) segurança pública;”

A alternativa E está incorreta. Neste caso, não se aplica a LGPD. De acordo com seu artigo 4º, II, alínea “a”: “Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: II - realizado para fins exclusivamente: a) jornalístico e artísticos;”

QUESTÃO 60 – De acordo com o disposto na Lei no 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, é dever da administração pública e das demais entidades que se sujeitam a essa Lei, na aplicação da ordenação pública sobre atividades econômicas privadas:

a) proceder à lavratura de autos de infração ou aplicar sanções com base em termos subjetivos ou abstratos somente quando estes forem propriamente regulamentados por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis.

b) observar o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade considerada de alto risco.

c) incentivar o uso e o exercício da publicidade e propaganda sobre um setor econômico, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei federal.

d) introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas.

e) criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei de Liberdade Econômica.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 4º-A, II, da Lei 13.874/19: “Art. 4º-A É dever da administração pública e das demais entidades que se sujeitam a esta Lei, na aplicação da ordenação pública sobre atividades econômicas privadas: II - proceder à lavratura de autos de infração ou aplicar sanções com base em termos subjetivos ou abstratos somente quando estes forem propriamente regulamentados por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis”.

A alternativa B está incorreta. Apenas nos casos de baixo e médio risco, conforme artigo 4º-A, III, da Lei 13.874/19: “III - observar o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade considerada de baixo ou médio risco”.

A alternativa C está incorreta. O ponto exposto não se encaixa na aplicação das normas (art. 4º-A), mas na regulamentação da lei (art. 4), trazendo uma conduta que deve ser seguida para evitar abuso de poder, conforme artigo 4º, VIII, da Lei 13.874/19: “Art. 4º É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente: VIII - restringir o uso e o exercício da publicidade e propaganda sobre um setor econômico, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei federal”.

A alternativa D está incorreta. O ponto exposto não se encaixa na aplicação das normas (art. 4º-A), mas na regulamentação da lei (art. 4), trazendo uma conduta que deve ser seguida para evitar abuso de poder, conforme artigo 4º, VII, da Lei 13.874/19: “Art. 4º É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente: VII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas”.

A alternativa E está incorreta. O ponto exposto não se encaixa na aplicação das normas (art. 4º-A), mas na regulamentação da lei (art. 4), trazendo uma conduta que deve ser seguida para evitar abuso de poder, conforme artigo 4º, I, da Lei 13.874/19: “Art. 4º É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente: I - criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes”.

QUESTÃO 61. Acerca da dissolução da sociedade simples, assinale a alternativa correta.

a) Ocorrida a dissolução, cumpre aos administradores providenciar imediatamente a investidura do liquidante e restringir a gestão própria aos negócios inadiáveis, vedadas novas operações, pelas quais responderão de forma limitada.

b) Se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, não podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade.

c) Ocorrendo justa causa, o liquidante pode ser destituído, a todo tempo, em qualquer caso, por via judicial, a requerimento de um ou mais sócios.

d) Dissolvida a sociedade, quando ocorrer, na forma da lei, a extinção de autorização para funcionar, os administradores deverão promover a liquidação da sociedade no prazo de quinze dias.

e) Ocorrendo o vencimento do prazo de duração, dissolve-se a sociedade, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por mais um ano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre sociedade simples.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade será solidária e ilimitada, não limitada, conforme art. 1.036 do Código Civil: “Art. 1.036. Ocorrida a dissolução, cumpre aos administradores providenciar imediatamente à investidura do liquidante, e restringir a gestão própria aos negócios inadiáveis, vedadas novas operações, pelas quais responderão solidária e ilimitadamente”.

A alternativa B está incorreta. A escolha pode recair em pessoa estranha à sociedade, conforme art. 1.038 do Código Civil: “Art. 1.038. Se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade”.

A alternativa C está correta. Conforme Art. 1.038, §1º, II, do Código Civil: “§1º O liquidante pode ser destituído, a todo tempo: II - em qualquer caso, por via judicial, a requerimento de um ou mais sócios, ocorrendo justa causa”.

A alternativa D está incorreta. O prazo é de 30 dias, conforme Art. 1.037 do Código Civil: “Art. 1.037. Ocorrendo a hipótese prevista no inciso V do art. 1.033, o Ministério Público, tão logo lhe comunique a autoridade competente, promoverá a liquidação judicial da sociedade, se os administradores não o tiverem feito nos trinta dias seguintes à perda da autorização, ou se o sócio não houver exercido a faculdade assegurada no parágrafo único do artigo antecedente”.

A alternativa E está incorreta. A prorrogação será por tempo indeterminado, conforme Art. 1.033, I, do Código Civil: “Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: I - o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado”.

QUESTÃO 62. Fabiano é sócio da sociedade anônima Viva Bem, destinada à venda de alimentos saudáveis. Em dezembro de 2021, a empresa pleiteou, em juízo, a autofalência. Acerca da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) É possível a responsabilização de Fabiano desde que demonstrada a realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo.

b) Eventual ação de responsabilização de Fabiano prescreve no prazo de 2 (dois) anos, contados da propositura do pedido de autofalência.

c) A extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, a Fabiano, deverá ser apurada no próprio juízo da falência.

d) De ofício ou mediante requerimento das partes interessadas, o juiz poderá ordenar a indisponibilidade de bens particulares de Fabiano, em quantidade compatível com o dano provocado, até o julgamento da ação de responsabilização.

e) É admitida a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade Viva bem, para fins de responsabilização de Fabiano, a ser decretada pelo juízo cível, com a observância do disposto nos Código Civil e Código de Processo Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre falência.

A alternativa A está incorreta. A responsabilização independe da realização do ativo e da prova de insuficiência, conforme art. 82, caput, da Lei 11.101/05: “Art. 82. A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil”.

A alternativa B está incorreta. O prazo tem início do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência, conforme art. 82, §1º, da Lei 11.101/05: “§1º Prescreverá em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência, a ação de responsabilização prevista no caput deste artigo.”.

A alternativa C está incorreta. Não é possível extensão da falência ou de seus efeitos, conforme art. 82-A, caput, da Lei 11.101/05: “Art. 82-A. É vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica”.

A alternativa D está correta. Conforme art. 82, §2º, caput, da Lei 11.101/05: “§2º O juiz poderá, de ofício ou mediante requerimento das partes interessadas, ordenar a indisponibilidade de bens particulares dos réus, em quantidade compatível com o dano provocado, até o julgamento da ação de responsabilização.”.

A alternativa E está incorreta. A apuração será realizada no juízo da falência, conforme art. 82-A, parágrafo único, da Lei 11.101/05: “Parágrafo único. A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida, para fins de responsabilização de terceiros, grupo, sócio ou administrador por obrigação desta, somente pode ser decretada pelo juízo falimentar com a observância do art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e dos arts. 133, 134, 135, 136 e 137 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), não aplicada a suspensão de que trata o §3º do art. 134 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)”.

QUESTÃO 63. A respeito do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinale a alternativa correta.

a) A assinatura do TAC com órgão ambiental impede a instauração de ação penal.

b) Por força da consensualidade administrativa, entende-se que o particular tem direito subjetivo de firmar TAC, uma vez presentes os requisitos configuradores da Lei da Ação Civil Pública.

c) O Estatuto da Criança e do Adolescente inovou o ordenamento jurídico brasileiro ao admitir de forma expressa a possibilidade de firmar TAC, atribuindo ao termo a eficácia de título executivo extrajudicial.

d) O TAC deve prever expressamente a incidência de multa de caráter compensatório, e não moratório, em caso de atraso no cumprimento das exigências pactuadas.

e) Uma vez assinado o TAC, ele passa a ser título executivo extrajudicial que só pode ser rescindido judicialmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A alternativa A está incorreta. A assinatura de um TAC com órgão ambiental não impede automaticamente a instauração de ação penal. O TAC se relaciona com a esfera administrativa e civil. Se houver crime ambiental, o Ministério Público ainda pode prosseguir com ações penais independentemente do TAC. Lei de Crimes Ambientais n. 9.605/98. Art. 79-A. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores. § 1o O termo de compromisso a que se refere este artigo destinar-se-á, exclusivamente, a permitir que as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no caput possam promover as necessárias correções de suas atividades, para o atendimento das exigências impostas pelas autoridades ambientais competentes, sendo obrigatório que o respectivo instrumento disponha sobre:

A alternativa B está incorreta. Embora o TAC seja um instrumento de natureza consensual, não existe um direito subjetivo à sua celebração apenas pela presença de requisitos legais. O órgão público tem discricionariedade para avaliar se a celebração do TAC é a medida mais adequada para o caso concreto.

A alternativa C está correta. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) realmente foi inovador ao incorporar explicitamente a possibilidade de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Isso permitiu a utilização do TAC como instrumento para resolver violações de maneira consensual, evitando a judicialização. Além disso, o ECA estabelece que o TAC assinado tem a eficácia de título executivo extrajudicial, facilitando sua execução caso haja descumprimento das obrigações nele estabelecidas. Todavia, é de ficar claro que o ECA utilizou a denominação “Compromisso de Ajustamento de Conduta”. ECA. Art. 211. Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial.

A alternativa D está incorreta. Não há uma regra que determine que as multas em um TAC devem ser exclusivamente de caráter compensatório e não moratório. A natureza da multa dependerá do que for acordado no TAC e do objetivo que se pretende alcançar com a sanção.

A alternativa E está incorreta. Embora o TAC tenha a eficácia de título executivo extrajudicial, isso não implica que ele só possa ser rescindido judicialmente. A rescisão pode ocorrer por mútuo acordo entre as partes ou por outras vias administrativas, dependendo das circunstâncias específicas e dos termos acordados no próprio TAC.

QUESTÃO 64. Mais de cinquenta idosos, trabalhadores rurais aposentados, assinaram contrato de prestação de serviços advocatícios com Lúcio, para que o causídico ajuizasse ação previdenciária com o objetivo de obter um aumento no benefício previdenciário. No contrato firmado com Lúcio, foi expressamente pactuada cláusula estipulando honorários advocatícios no percentual de 50% do proveito econômico auferido pela parte. José e Francisco, em nome dos demais aposentados que assinaram o contrato com Lúcio, sentindo-se lesados com a referida cláusula, procuraram o Ministério Público para denunciar a situação e requerer a propositura de ação coletiva.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Como o contrato de prestação de serviços advocatícios foi firmado de forma livre, sem suspeita de incidência de qualquer vício de consentimento, deve ser considerado válido e insuscetível de controle por parte da propositura de ação civil pública.

b) Em face da hipossuficiência dos interessados, é cabível a propositura de ação civil pública, desde que por meio da Defensoria Pública.

c) Como no caso se trata de interesse individual homogêneo, a jurisprudência entende que o único legitimado ativo é a associação privada constituída há pelo menos um ano e que inclua entre seus fins institucionais a proteção ao idoso.

d) Por força de expressa disposição legal, não cabe a propositura de ação civil pública que verse, ainda que indiretamente, sobre sistema previdenciário, como na hipótese narrada.

e) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública que trate de contrato de honorários advocatícios abusivos se presentes litigantes hipossuficientes e repercussão social que ultrapasse a esfera dos interesses particulares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa A está incorreta. Contratos, mesmo quando firmados livremente, podem ser revistos judicialmente se contiverem cláusulas abusivas ou lesivas, especialmente quando envolvem partes vulneráveis, como idosos. Essa revisão é respaldada pelo princípio da proteção, que se sobrepõe ao da autonomia contratual em contextos de vulnerabilidade. Além disso, mesmo que se trate de direitos individuais homogêneos, a relevância social desses direitos permite sua defesa por meio de ação civil

pública. Conforme o art. 127 e o art. 129, III, da CF, o Ministério Público tem legitimação para promover ação civil coletiva em defesa de interesses sociais qualificados (individuais homogêneos), como exemplificado no caso do seguro DPVAT (RE: 631111).

A alternativa B está incorreta. A Defensoria Pública também tem legitimidade para propor ação civil pública, mas não é a única instituição habilitada. O Ministério Público igualmente tem essa legitimidade, especialmente em questões que ultrapassem os interesses individuais e afetem a comunidade de forma mais ampla. Veja-se a Lei da Ação Civil Pública. Lei 7.347/85. Art. 5º. Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007) I - o Ministério Público; II - a Defensoria Pública; III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A alternativa C está incorreta. Embora as associações que defendem interesses de idosos possam propor ações civis públicas, o Ministério Público também possui legitimidade ativa para agir nesses casos, independentemente da existência de uma associação. A legitimidade nas ACP é disjuntiva (qualquer órgão legitimado poderá atuar sozinho) e concorrente (é atribuída a mais de um sujeito).

A alternativa D está incorreta. A legislação não proíbe expressamente a propositura de ação civil pública em questões que envolvam o sistema previdenciário. Embora existam limitações sobre as ações relativas discussão sobre contribuições previdenciárias. Lei 7.347/85. Art. 1º. (...) Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

A alternativa E está correta. Conforme visto no julgado acima.

QUESTÃO 65. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para ajuizamento da execução individual de sentença proferida em ação civil pública é

- a) prescricional e de 2 anos.
- b) decadencial e de 3 anos.
- c) prescricional e de 3 anos.
- d) prescricional e de 5 anos.
- e) prescricional e de 10 anos, em face da inexistência de previsão específica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema prescrição para a execução da Ação Civil Pública.

A questão cobrou entendimento específico do STJ, fixado em tese com repercussão geral. EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO TRANSITADA EM JULGADO. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TESE CONSOLIDADA. 1.- Para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública". 2.- No caso concreto, a sentença exequenda transitou em julgado em 3.9.2002 (e-STJ fls. 28) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 30.12.2009 (e-STJ fls. 43/45), quando já transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão executória. 3.- Recurso Especial provido: a) consolidando-se a tese supra, no regime do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça; b) no caso concreto, julgando-se prescrita a execução em cumprimento de sentença. (STJ - REsp: 1273643 PR 2011/0101460-0, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 27/02/2013, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 04/04/2013)

A alternativa A está incorreta. O prazo prescricional não é de 2 anos, mas de 5 anos, conforme estabelecido pelo STJ.

A alternativa B está incorreta. O prazo é de natureza prescricional, não decadencial. Além disso, o período indicado de 3 anos não corresponde ao entendimento jurisprudencial para o prazo de execução de sentença em ação civil pública.

A alternativa C está incorreta. Embora acerte na natureza do prazo como prescricional, erra na sua duração, que, conforme estabelecido pela jurisprudência, é de 5 anos.

A alternativa D está correta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem entendido que o prazo para a execução individual de sentença proferida em ação civil pública é de natureza prescricional e tem a duração de 5 anos, como visto.

A alternativa E está incorreta. Apesar da inexistência de previsão específica na Lei da Ação Civil Pública para o prazo de execução da sentença, o STJ estabeleceu que o prazo aplicável é de 5 anos, e não de 10 anos. A menção aos 10 anos não encontra respaldo na jurisprudência atual.

QUESTÃO 66. Hipoteticamente, no dia 1º de setembro de 2023, Carolina dirigiu-se até uma loja de roupas localizada em Sorocaba e comprou diversos artigos, totalizando R\$ 1.000,00. A compra foi parcelada em 5 boletos enviados para a cliente, por um aplicativo de mensagens instantâneas, todo dia primeiro do mês. Carolina pagou todos os boletos na data do vencimento, mas, mesmo após a quitação da última fatura devida, continuou a receber os boletos e, sem se atentar à cobrança indevida, pagou duas prestações a mais. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Carolina

a) não tem direito à repetição em dobro do que pagou a mais, pois os boletos foram recebidos via aplicativo de mensagens, e não pessoalmente.

b) tem direito à repetição em dobro, prevista no Código de Defesa do Consumidor, sendo cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva, e deve ocorrer independentemente da natureza do elemento volitivo.

c) terá direito à repetição em dobro do que pagou indevidamente, caso demonstre que a loja agiu com culpa grave.

d) teria direito à repetição em dobro da cobrança indevida, ainda que não tivesse de fato realizado os pagamentos.

e) terá direito à repetição em dobro do que pagou indevidamente, caso demonstre efetivamente que a loja agiu com dolo grave.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata do tema repetição de indébito.

A alternativa A está incorreta, pois o STJ definiu no julgamento do EAREsp 676.608/RS a seguinte tese: "1. A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva." (STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020), de forma que Carolina terá direito à repetição em dobro do que pagou a mais.

A alternativa B está correta, pois é o atual entendimento do STJ, fixado no EAREsp 676.608/RS, através da seguinte tese: "1. A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva." (STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020).

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do STJ, fixado no EAREsp 676.608/RS, é o de que, para que haja a restituição do indébito, não são mais indispensáveis o dolo ou má-fé na cobrança, bastando que a conduta seja contrária à boa-fé objetiva, vejamos: "1. A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva." (STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020).

A alternativa D está incorreta, pois o CDC exige que a pessoa tenha efetivamente pago o valor, e não apenas que tenha sido cobrado indevidamente, vejamos: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

A alternativa E está incorreta, pois, conforme supracitado, o entendimento do STJ, fixado no EAREsp 676.608/RS, é o de que, para que haja a restituição do indébito, não são mais indispensáveis o dolo ou má-fé na cobrança, bastando que a conduta seja contrária à boa-fé objetiva, vejamos: "1. A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva." (STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020).

QUESTÃO 67. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 12.305/2010.

a) Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: redução, reciclagem, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

b) A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode ser utilizada para impedir a operação de empreendimentos licenciados pelos órgãos competentes.

c) Em empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

d) Cabe ao poder público atuar, solidariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

e) Na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes da Lei nº 12.305/2010, as instituições oficiais de crédito devem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos, com parcelamento estendido em até 60 meses.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme a Lei nº 12.305/2010, a ordem de prioridade será distinta, vejamos: "Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos."

A alternativa B está incorreta, pois, segundo a Lei nº 12.305/2010, sua inexistência não poderá impedir a operação de empreendimentos licenciados pelos órgãos competentes, veja: "Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo (...) § 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes."

A alternativa C está correta, pois é o teor da Lei nº 12.305/2010, em seu art. 24, § 1º, vejamos: "O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama. § 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente."

A alternativa D está incorreta, pois, segundo a Lei nº 12.305/2010, a atuação do poder público será subsidiária, e não solidária. Vejamos: "Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos."

A alternativa E está incorreta, pois tais critérios são uma discricionariedade, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, vejamos: "Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados

de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos."

QUESTÃO 68. Com base no disposto na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa correta.

a) A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar obedecerá à garantia de que, em nenhuma hipótese, ela terá contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas.

b) Verificada a existência de risco atual à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o agressor será imediatamente afastado do lar, pelo delegado de polícia, independentemente de o Município ser sede de comarca.

c) A competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher compreende, inclusive, a pretensão relacionada à partilha de bens.

d) Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de vinte e quatro horas, determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor.

e) As medidas protetivas de urgência serão concedidas a depender da tipificação penal da violência, mas independentemente do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

A alternativa A está correta, pois é o teor do artigo 10-A da Lei nº 11.340/2006, veja: "Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. § 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: II - garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas; (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)".

A alternativa B está incorreta, pois o art. 12-C da Lei nº 11.340/2006 determina que o agressor, via de regra, será afastado pela autoridade judicial; caso o Município não seja sede de comarca, o mesmo será feito pelo delegado de polícia e caso este não se encontre no momento da denúncia, a medida caberá ao policial. Vejamos: "Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: I - pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)".

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 11.340/2006 exclui da sua competência a pretensão relacionada à partilha de bens, veja: "Art. 14-A. A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. § 1º Exclui-

se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)".

A alternativa D está incorreta, pois o prazo determinado pela Lei nº 11.340/2006, neste caso, é de 48 (quarenta e oito) horas, veja: "Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas: IV - determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor. (Incluído pela Lei nº 13.880, de 2019)".

A alternativa E está incorreta, pois diverge do art. 19 da Lei nº 11.340/2006, que não condiciona as medidas protetivas de urgência à tipificação penal da violência. Veja: "Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida. § 5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência. (Incluído pela Lei nº 14.550, de 2023)".

QUESTÃO 69. Considere que, no Porto X – diretamente subordinado à Capitania dos Portos, que exerce, por meio da Marinha do Brasil, competência da União –, localizado no território do Município ABC, foi verificado, no dia 1º de janeiro de 2008, o derramamento de óleo por parte da Empresa Petróleo Certo. Em decorrência do dano ambiental gerado, a Capitania dos Portos impôs, no dia 1º de abril de 2008, multa de R\$ 100.000,00, a qual foi devidamente paga pela empresa referida. No dia 1º de junho de 2008, o ente municipal aplicou, pelo mesmo fato, multa de R\$ 200.000,00 à Empresa Petróleo Certo. Com base na situação hipotética apresentada, na Lei nº 9.605/98 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) As multas aplicadas pela União e pelo Município ABC estão em desacordo com o disposto na legislação, pois ambas têm valor superior ao teto estipulado.

b) Ainda que a responsabilidade em matéria ambiental possa ocorrer nas três esferas distintas (penal, administrativa e civil), configura bis in idem a imposição de multa pelo mesmo fato pela União e depois pelo Município, se não comprovado que o dano foi de grande extensão.

c) O dever-poder de controle ambiental é limitado pelos princípios do direito administrativo sancionador, não cabendo a aplicação de multa na instância administrativa, apenas nas instâncias cível e penal.

d) Para imposição da multa ambiental, é obrigatória a observância do contraditório e da ampla defesa, além da tarifação imposta pela lei, que, para casos análogos, é de até 10 salários mínimos.

e) A cobrança, pelo Município ABC, de multa relativa a danos ambientais já paga à União anteriormente, pelo mesmo fato, não configura bis in idem.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do tema sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A alternativa A está incorreta, pois o teto estipulado pela Lei nº 9.605/98 para a prestação pecuniária é de até trezentos e sessenta salários mínimos, valor este que é superior e abrange o aplicado na questão em tela, vejamos: "Art. 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário

mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o atual entendimento do STJ de que a cobrança feita por Município, de multa referente a danos ambientais já paga anteriormente à União, pelo mesmo fato, não configura bis in idem, veja: "(...) 6. Inafastável a competência municipal para aplicar multa em virtude dos danos ambientais provocados pelo incidente ocorrido na Baía da Ilha Grande, visto que a área é abrangida pelo Município de Angra dos Reis. Impossível deixar de reconhecer a competência da União, exercida pela Marinha do Brasil - Capitania dos Portos, especialmente considerando que a atividade desenvolvida pela Petrobras implica alto risco de causar lesões a seus bens naturais. Nesse sentido: REsp 673.765/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 26/9/2005, p. 214." (REsp 1132682/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 12/03/2020).

A alternativa C está incorreta, pois é, sim, cabível multa na esfera administrativa, consoante Lei nº 9.605/98, veja: "Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º: II - multa simples; III - multa diária;"

A alternativa D está incorreta, pois os limites previstos pela Lei nº 9.605/98 para a prestação pecuniária variam entre um salário mínimo e trezentos e sessenta salários mínimos, veja: "Art. 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator."

A alternativa E está correta, pois é o atual entendimento do STJ de que a cobrança feita por Município de multa referente a danos ambientais já paga anteriormente à União, pelo mesmo fato, não configura bis in idem, veja: "(...) 6. Inafastável a competência municipal para aplicar multa em virtude dos danos ambientais provocados pelo incidente ocorrido na Baía da Ilha Grande, visto que a área é abrangida pelo Município de Angra dos Reis. Impossível deixar de reconhecer a competência da União, exercida pela Marinha do Brasil - Capitania dos Portos, especialmente considerando que a atividade desenvolvida pela Petrobras implica alto risco de causar lesões a seus bens naturais. Nesse sentido: REsp 673.765/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 26/9/2005, p. 214." (REsp 1132682/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 12/03/2020).

QUESTÃO 70. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 9.985/2000.

a) A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua gestão e manutenção, sob pena da prática de improbidade administrativa.

b) A Reserva da Biosfera é constituída exclusivamente por áreas de domínio público e é gerida por um Conselho Deliberativo.

c) As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante publicação de decreto.

d) Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos poderão ser definidos no ato de criação da unidade ou posteriormente.

e) O subsolo e o espaço aéreo, assim como as zonas de amortecimento e os corredores ecológicos, integram os limites de todas as unidades de conservação.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

A alternativa A está incorreta, pois diverge do que determina a Lei nº 9.985/2000, que atribui ao órgão gestor a implantação, gestão e manutenção dos recursos, vejamos: "Art. 34. Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação. Parágrafo único. A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção."

A alternativa B está incorreta, pois diverge do conceito atribuído pela Lei nº 9.985/2000 à Reserva da Biosfera, que inclui áreas de domínio público ou privado, veja: "Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações. (Regulamento) § 2º A Reserva da Biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado."

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 9.985/2000 determina que a gestão pela OSCIP ocorrerá mediante instrumento a ser firmado com o órgão gestor, e não por publicação de decreto. Veja: "Art. 30. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. (Regulamento)".

A alternativa D está correta, pois é o que determina o art. 25, § 2º da Lei nº 9.985/2000, veja: "As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. (Regulamento) § 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente."

A alternativa E está incorreta, pois contradiz o art. 24 da Lei nº 9.985/2000, que determina que o subsolo e o espaço aéreo somente integrarão os limites das unidades de conservação quando influírem na estabilidade do ecossistema, veja: "Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação. (Regulamento)".

QUESTÃO 71. De acordo com a Lei nº 12.857/2012, a Política Nacional de Mobilidade Urbana tem o objetivo de

- a) mitigar os custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade.**
- b) promover a integração entre os modos e os serviços de transporte urbano.**
- c) incentivar o desenvolvimento científico-tecnológico e o uso de energias renováveis e menos poluentes.**
- d) consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.**

e) assegurar a priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de uma diretriz da PNMU, e não de um objetivo. De acordo com art. 6º, IV, da Lei 12.857/2012: “Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: IV - mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;”

A alternativa B está incorreta. Trata-se de uma diretriz da PNMU, e não de um objetivo. De acordo com art. 6º, III, da Lei 12.857/2012: “Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: III - integração entre os modos e serviços de transporte urbano;”

A alternativa C está incorreta. Trata-se de uma diretriz da PNMU, e não de um objetivo. De acordo com art. 6º, V, da Lei 12.857/2012: “Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: V - incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;”

A alternativa D está correta. De acordo com art. 7º, V, da Lei 12.857/2012: “Art. 7º A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: V - consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.”

A alternativa E está incorreta. Trata-se de uma diretriz da PNMU, e não de um objetivo. De acordo com art. 6º, VI, da Lei 12.857/2012: “Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: VI - priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;”

QUESTÃO 72. De acordo com a Lei nº 13.465/2017, a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) poderá ser requerida

a) pela Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes, e pelo Ministério Público.

b) pelo Ministério Público, no entanto essa competência não abrange os atos de registro.

c) por proprietários de terreno que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, o que os eximirá de responsabilidade administrativa.

d) pelos Estados e os Municípios, estando condicionada à existência formalizada de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

e) pela União, desde que por meio de órgãos da administração direta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

A alternativa A está correta. De acordo com art. 14, IV e V, da Lei nº 13.465/2017: “Art. 14. Poderão requerer a Reurb: IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e V - o Ministério Público.”

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público poderá requerer. No entanto, sua competência abrange, sim, os atos de registro. De acordo com art. 14, V, e § 1º, da Lei nº 13.465/2017: “Art. 14. Poderão requerer a Reurb: V - o Ministério Público. § 1º Os legitimados poderão promover todos os atos necessários à regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro.”

A alternativa C está incorreta. Subsistem as responsabilidades administrativa, civil ou criminal. De acordo com art. 14, § 3º, da Lei nº 13.465/2017: “§ 3º O requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal.”

A alternativa D está incorreta. Os Estados e municípios, podem, sim, requerer a Reurb. De acordo com art. 14, I, da Lei nº 13.465/2017: “Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;”

No entanto, não há condicionamento à existência formalizada de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). De acordo com art. 18, caput e § 2º, da Lei nº 13.465/2017: “Art. 18. O Município e o Distrito Federal poderão instituir como instrumento de planejamento urbano Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), no âmbito da política municipal de ordenamento de seu território. § 2º A Reurb não está condicionada à existência de ZEIS.”

A alternativa E está incorreta. É possível requerer por meio de entidades da administração indireta também. De acordo com art. 14, I, da Lei nº 13.465/2017: “Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;”

QUESTÃO 73. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a primeira Constituição brasileira a elevar os direitos trabalhistas ao patamar constitucional, haja vista sua elaboração influenciada pelo constitucionalismo social da Constituição de Weimar e pela Constituição Americana.

a) Constituição do Império de 1824.

b) Constituição Federal de 1891.

c) Constituição Federal de 1934.

d) Constituição Federal de 1937.

e) Constituição Federal de 1946.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema histórico dos direitos trabalhistas nas Constituições Brasileiras.

A Constituição de 1934 foi a primeira constituição a elevar os direitos trabalhistas ao patamar constitucional, pois sua elaboração foi influenciada pelo constitucionalismo social da Constituição de

Weimar. Vejamos trecho da doutrina do professor Pedro Lenza: “Por isso é que a doutrina afirma, com tranquilidade, que o texto de 1934 sofreu forte influência da Constituição de Weimar da Alemanha de 1919, evidenciando, portanto, os direitos humanos de 2. geração ou dimensão e a perspectiva de um Estado social de direito (democracia social).” (LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-139).

Inclusive, a Constituição de 1934 trouxe, em seu artigo 121, a positivação de diversos direitos como, por exemplo, jornada de 8 horas diárias, indenização por despedida sem justa causa, repouso semanal remunerado, salário-mínimo, entre outros. Vejamos o texto original da referida Carta: “§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: (...) b) salário-mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador; c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei; (...) e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos; g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa;”.

Ademais, foi a Constituição de 1934 que instituiu, efetivamente, a Justiça do Trabalho, em seu artigo 122. Vejamos: “Art. 122 - Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho, à qual não se aplica o disposto no Capítulo IV do Título I.”

Portanto, a alternativa C está correta. As alternativas A, B, D e E ficam, assim, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 74. Nos termos da CLT, assinale a alternativa correta sobre o acordo de compensação de horas.

a) É vedado estabelecer acordo de forma tácita.

b) A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo.

c) Ainda que não atendidas as exigências legais para compensação, não implicará a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo indevido inclusive qualquer adicional.

d) Se atendidas as exigências legais para compensação, implicará a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima mensal, sendo devido ainda o respectivo adicional.

e) É lícito o regime de compensação de jornada para a compensação até o próximo mês, desde que se faça por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, vedado o acordo individual.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema compensação de horas.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 59, § 6º, da CLT: “§ 6º É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.” Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa E fica incorreta, pois fala na impossibilidade de compensação da jornada mediante acordo individual.

A alternativa B está correta. De acordo com art. 59-B, parágrafo único, da CLT: “Parágrafo único. A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.”

As alternativas C e D estão incorretas. De acordo com art. 59-B, caput, da CLT: “Art. 59-B. O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.”

QUESTÃO 75. Durante o período aquisitivo de férias, Thalita faltou 7 dias ao serviço, e Nathália faltou 14. Diante desse cenário hipotético, assinale a alternativa que apresenta corretamente a quantos dias de férias as empregadas terão direito de gozo.

a) Ambas terão 30 dias.

b) Thalita terá 24 dias; e Nathália, somente 16.

c) Ambas terão 24 dias.

d) Ambas terão apenas 18 dias.

e) Thalita terá 30 dias; e Nathália, somente 16.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema férias.

De acordo com artigo 130 da CLT: “Art. 130 - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção: I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes; II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas; III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas; IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.”

A partir do dispositivo mencionado, analisemos as situações propostas.

No caso de Thalita, que faltou 7 dias, há enquadramento no art. 130, II (entre 6 e 14 faltas) o que resulta em 24 dias de férias.

No caso de Nathália, que faltou 14 dias, também há enquadramento no art. 130, II (entre 6 e 14 faltas) o que resulta em 24 dias de férias.

Portanto, a alternativa correta é a letra C: Ambas terão direito a 24 dias de férias.

As alternativas A, B, D e E ficam, assim, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 76. Conforme previsão legal, acarreta(m) a suspensão do contrato de trabalho:

a) a falta justificada.

b) o período de greve.

c) as férias.

d) o descanso semanal remunerado.

e) o afastamento do empregado por doença até o 15º dia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

A alternativa A está incorreta. As faltas justificadas estão dispostas no artigo 473 da CLT, o qual traz os casos de interrupção do contrato de trabalho, e não de suspensão. De acordo com o caput do mencionado dispositivo: “Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 7º da Lei 7.783/89, a greve é caso de suspensão do contrato de trabalho. Vejamos: “Art. 7º Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 129 da CLT, as férias são caso de interrupção do contrato de trabalho, já que não há prejuízo da remuneração. Vejamos: Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.”

A alternativa D está incorreta. Como o próprio nome do instituto determina, trata-se de período remunerado. Portanto, é caso de interrupção do contrato de trabalho, e não de suspensão. De acordo com art. 67 da CLT: “Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.”

A alternativa E está incorreta. Durante os primeiros 15 dias do afastamento por doença, a empresa continua pagando ao empregado sua remuneração integral, caso que configura interrupção do contrato de trabalho. De acordo com art. 60, § 3º, da Lei 8.213/91: “§ 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.”

QUESTÃO 77. Com base na CLT, relativamente ao exame médico obrigatório do empregado, realizado por conta do empregador, assinale a alternativa correta.

a) Quando se tratar de motorista profissional, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção, podendo ser utilizado para essa finalidade o exame toxicológico previsto no Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias.

b) O exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência, quando se tratar de atividade de motorista profissional, pode ser substituído pelo exame toxicológico previsto no Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 90 (noventa) dias.

c) Quando se tratar de motorista profissional, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 60 (sessenta) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção.

d) O exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias será exigido pelo empregador, desde que previamente à admissão, independentemente do cargo ou da atividade a ser exercida pelo empregado.

e) É vedado exigir exame toxicológico, bem como os complementares, para apuração da capacidade laboral do empregado, independentemente do tipo de atividade a ser exercida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema exame médico obrigatório do empregado.

A alternativa A está correta. A alternativa está conforme texto da CLT. De acordo com seu art. 235-B, VII: “Art. 235-B. São deveres do motorista profissional empregado: VII - submeter-se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, podendo ser utilizado para esse fim o exame obrigatório previsto na Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias.”

Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa C está incorreta.

A alternativa B está incorreta. O exame deve ter sido realizado nos últimos 60 dias. De acordo com art. 168, § 7º, da CLT: “§ 7º Para os fins do disposto no § 6º, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção, podendo ser utilizado para essa finalidade o exame toxicológico previsto na Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias.”

Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa D está incorreta.

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 168, caput e § 2º, da CLT: “Art. 168 - Será obrigatório exame médico, por conta do empregador, nas condições estabelecidas neste artigo e nas instruções complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho: (...) § 2º - Outros exames complementares poderão ser exigidos, a critério médico, para apuração da capacidade ou aptidão física e mental do empregado para a função que deva exercer.”

QUESTÃO 78. Sobre as exceções de suspeição e incompetência na justiça laboral, conforme previsão na CLT, assinale a alternativa correta.

a) Das decisões, ainda que terminativas do feito, não caberão recursos.

b) Podem ser opostas, mas não suspenderão o feito.

c) Deverão ser alegadas como matéria de defesa.

d) É vedada a produção de prova oral nessa fase.

e) Suspenderão o processo e não será realizada a audiência de instrução até que se decida a exceção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema exceção de suspeição e incompetência na justiça do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 799, § 2º, da CLT: “§ 2º Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.”

A alternativa B está incorreta. Há, sim, suspensão do feito. De acordo com art. 799, caput, da CLT: “Art. 799. Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.”

A alternativa C está incorreta. Apenas as demais exceções, que não as de suspeição e incompetência, serão alegadas como matéria de defesa. De acordo com art. 799, § 1º, da CLT: “§ 1º As demais exceções serão alegadas como matéria de defesa.”

A alternativa D está incorreta. É, sim, permitida a prova oral. De acordo com art. 800, § 3º, da CLT: “§ 3º Se entender necessária a produção de prova oral, o juízo designará audiência, garantindo o direito de o excipiente e de suas testemunhas serem ouvidos, por carta precatória, no juízo que este houver indicado como competente”

A alternativa E está correta. De acordo com art. 800, § 1º, da CLT, é exatamente este o trâmite adequado. Vejamos: “Art. 800. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo. § 1º Protocolada a petição, será suspenso o processo e não se realizará a audiência a que se refere o art. 843 desta Consolidação até que se decida a exceção.”

QUESTÃO 79. Assinale a alternativa correta sobre responsabilidades na esfera processual trabalhista, conforme entendimento sumulado do TST.

a) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

b) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem solidariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações legais, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.

c) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância e limpeza, ainda que haja a pessoalidade e a subordinação direta.

d) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços quando se tratar de trabalho temporário.

e) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, independentemente se tenha participado da relação processual elou conste no título executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema responsabilidades na esfera processual trabalhista, a partir do entendimento do TST.

A alternativa A está correta. De acordo com a Súmula 331, item VI, do TST: “Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.”

A alternativa B está incorreta. Os entes da Administração respondem subsidiariamente. De acordo com a Súmula 331, item V, do TST: “Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com a Súmula 331, item III, do TST: “Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei n.º 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com a Súmula 331, item II, do TST: “Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).”

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Súmula 331, item IV, do TST: “Súmula 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. (...) IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.”

QUESTÃO 80. Sobre a atuação da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho, conforme entendimento sumulado, estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, obrigatoriamente, a decisão

a) fundada em súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

b) fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

c) proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, quando desfavorável ao ente público, ressalvadas as exceções.

d) fundada em acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos.

e) fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Fazenda Pública na Justiça do Trabalho

A alternativa A está incorreta. Neste caso, não há sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item II, alínea “a”, do TST: “Súmula 303 do TST. FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO: (...) II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: a) súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;”

A alternativa B está incorreta. Neste caso, não há sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item II, alínea “c”, do TST: “Súmula 303 do TST. FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO: (...) II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;”

A alternativa C está correta. Neste caso, há, sim, sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item III, do TST: “III - Em ação rescisória, a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses dos incisos anteriores.”

A alternativa D está incorreta. Neste caso, não há sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item II, alínea “b”, do TST: “Súmula 303 do TST. FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO: (...) II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos;”

A alternativa E está incorreta. Neste caso, não há sujeição ao duplo grau de jurisdição. De acordo com Súmula 303, item II, alínea “d”, do TST: “Súmula 303 do TST. FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO: (...) II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: d) entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](#) / [yasminushara](#)